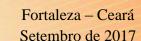


IPECE Conjuntura

Boletim da Conjuntura Econômica Cearense

2º Trimestre de 2017





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Camilo Santana – Governador Maria Izolda Cela de Arruda Coelho – Vice-Governadora

SECRETARIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Francisco de Queiroz Maia Júnior - Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto – Diretor Geral Adriano Sarquis – Diretor de Estudos Econômicos Cláudio André Gondim Nogueira – Diretor de Estudos de Gestão Pública

IPECE Conjuntura - 2º Trimestre - abr.jun. de 2017

Equipe Técnica

Adriano Sarquis (Coordenação Geral) Daniel Suliano (Coordenação Técnica) Alexsandre Lira Cavalcante Ana Cristina Lima Maia Souza Nicolino Trompieri Neto Paulo Pontes Witalo de Lima Paiva

Colaboração

Heitor Gabriel Silva Monteiro (Estagiário) Lilian de Sousa Pereira (Estagiário) Matheus dos Santos Carvalho (Estagiário)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão

Propor políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Ceará por meio da geração de conhecimento, informações geosocioeconomicas e da assessoria ao Governo do Estado em suas decisões estratégicas.

Visão

Ser uma instituição de pesquisa capaz de influenciar de modo mais efetivo, até 2025, a formulação de políticas públicas estruturadoras do desenvolvimento sustentável do estado do Ceará.

Valores

Ética e Transparência; Autonomia Técnica; Rigor Científico; Competência e Comprometimento Profissional; Cooperação Interinstitucional e Compromisso com a Sociedade.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/nº - Edifício SEPLAG, Térreo

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Cambeba Tel. (85) 3101-3496

CEP: 60830-120 - Fortaleza-CE.

ouvidoria@ipece.ce.gov.br

www.ipece.ce.gov.br

IPECE Conjuntura / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). — Fortaleza, CEARÁ. ISSN 2357-7789

Economia Brasileira. Economia Cearense. Indústria. Mercado de Trabalho. Finanças Públicas.

Fortaleza - Ceará

APRESENTAÇÃO

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) publica o IPECE CONJUNTURA – Boletim da Conjuntura Econômica Cearense, referente aos resultados do 2º trimestre de 2017.

Neste documento, são apresentadas análises dos cenários econômicos internacional e nacional, os quais servem para fundamentar a reflexão sobre o desempenho da atividade econômica do Ceará.

O Boletim contempla uma série de seções envolvendo indicadores que traduzem o dinamismo conjuntural da economia cearense a partir das três grandes atividades: agropecuária, indústria e serviços. No caso dos serviços, sua análise comporta a Pesquisa Mensal dos Serviços (PMS) e o comércio varejista (comum e ampliado).

O Mercado de Trabalho tem como base a PNAD contínua do IBGE e a evolução do emprego formal a partir dos dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Comércio Exterior e Finanças Públicas são outras duas seções que analisam os referidos temas no documento.

O Boletim IPECE CONJUNTURA procura atender as demandas dos setores público e privado por informações de curto prazo da economia cearense.

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO, 3

1. PANORAMA INTERNACIONAL E ECONOMIA BRASILEIRA, 5

- 1.1. Estimativas de Crescimento Econômico Mundial, 5
- 1.2. Economia Brasileira e Produto Interno Bruto, 6
- 1.3. Inflação e Indicadores de Expectativas Futuras, 9

2. ATIVIDADE ECONÔMICA CEARENSE, 13

- 2.1. Produto Interno Bruto, 13
- 2.2. Agropecuária, 15
- 2.3. Indústria, 192.4. Serviços, 25
- 2.4.1 Pesquisa Mensal dos Serviços, 25
- 2.4.2 Comércio Varejista, 29

3. MERCADO DE TRABALHO, 34

- 3.1. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 34
- 3.2. Emprego Formal, 37
- 4. COMÉRCIO EXTERIOR, 42
- 5. FINANÇAS PÚBLICAS, 48
- **6. CONSIDERAÇÕES GERAIS**, 51

SUMÁRIO EXECUTIVO

- Conforme dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), o crescimento da economia mundial para o ano de 2017 deverá ficar em 3,5%. Essa estimativa vem sendo influenciada pelo desempenho das economias desenvolvidas, a destacar Estados Unidos, Alemanha e Espanha, e pelos países emergentes, como a India e China;
- No segundo trimestre de 2017, o PIB do Brasil registrou crescimento de 0,3% em relação ao segundo trimestre de 2016, após 12 trimestres consecutivos com resultados negativos;
- A economia cearense apresentou crescimento de 2,17% no segundo trimestre de 2017 com relação ao mesmo período de 2016, sendo a primeira alta após oito trimestres consecutivos de resultados negativos nessa análise de comparação;
- Estimativas realizadas pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE indicam que a produção de grãos do Ceará terá um crescimento no ano de 2017, comparada a produção obtida em 2016. Destaca-se o aumento da produção das culturas de milho e feijão, que apontam variação de 241% e 167%, respectivamente, relativamente a 2016. Quanto a pecuária, o Ceará vem apresentando bom desempenho na produção de ovos, que mantém um ritmo de crescimento elevado, tendo em 2017 estimativa de aumento de 17,28%, comparado com o ano de 2016;
- O segundo trimestre do ano sugere o início de um novo momento para indústria cearense. Após longos períodos de encolhimento, a produção voltou a se expandir. O longo período de contração reduziu bastante o nível do ponto de partida da retomada e isso, por si só, já deve favorecer a continuidade de uma recuperação cíclica;
- Nos serviços, o segundo trimestre de 2017 revela que a queda de 8,1% no setor foi disseminada entre os seus quatro principais segmentos que fazem parte da Pesquisa Mensal dos Serviços. Por outro lado, o acumulado do primeiro semestre mostra que o quadro geral dos principais segmentos não é tão desalentador para o Ceará, quando comparado ao quadro nacional. De fato, serviços prestados às famílias e transportes apresentaram taxas positivas no primeiro semestre de, respectivamente, 4,5% e 1,6%;
- No varejo ampliado, as vendas cearenses registraram queda de 0,2%, o que representa uma ligeira melhora na comparação com o primeiro trimestre, que havia registrado queda de 3,8%. Por sua vez, no acumulado até junho, destacaram-se as vendas de Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (+15,3%) e, especialmente, Material de construção (+14,7%). Por outro lado, Móveis e eletrodomésticos, setor ligado ao sistema de crédito, mesmo diante da queda dos juros, recuou 17,3%;
- Com relação ao mercado de trabalho, a Taxa de Desemprego do Ceará saltou de 11,4% para 13,2% do 2º trimestre de 2016 ao 2º trimestre de 2017. No intervalo de um ano o contingente de desempregados no estado do Ceará elevou-se em 72.000 pessoas. No entanto, do primeiro para o segundo trimestre de 2017 o desemprego no Ceará teve uma redução de 1,1 p.p.;
- Dados do CAGED revelam que o estado do Ceará registrou um saldo negativo de 3.275 vagas para o acumulado do segundo trimestre, mas inferior ao observado no 2º trimestre de 2016 e 1º trimestre de 2017;
- A pauta exportadora do estado no segundo trimestre de 2017 continuou sendo liderada pelos *produtos metalúrgicos*, participando com 48,55% do valor total exportado. Este valor é substancialmente superior ao registrado no segundo trimestre de 2016, cuja participação foi de 1,65%. As exportações de *Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado, de seção transversal retangular* participaram com 95,4% do total desse grupo. Essa dinâmica é resultante da produção da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP);

• Nas Finanças Públicas estaduais, comparado ao segundo trimestre de 2016, as "Receitas Correntes" cresceram 4,5% no segundo trimestre de 2017. Destacam-se as "Receitas Tributárias" que cresceram 4,1% no segundo trimestre, como resultado da majoração da alíquota de IPVA, que passou a valer em 2017, e cuja arrecadação é concentrada no primeiro semestre de cada ano. Adicionalmente, houve a edição de um programa de regularização de dívidas (REFIS), iniciado em junho de 2017, que impactou sensivelmente a arrecadação de ICMS (as receitas de ICMS no segundo trimestre de 2017 foram 4,0% superiores às observadas um ano antes).

1 PANORAMA INTERNACIONAL E ECONOMIA BRASILEIRA

1.1 Estimativas de Crescimento Econômico Mundial

Conforme estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), na publicação do *World Economic Outlook Update* de abril de 2017, o crescimento da economia mundial para o ano de 2017 deverá ficar em torno de 3,5%,. Essa estimativa vem sendo influenciada pelo desempenho das economias desenvolvidas, a destacar Estados Unidos, Alemanha e Espanha, e pelos países emergentes, como a India e China.

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) americano no segundo trimestre de 2017, com relação ao mesmo período de 2016, foi de 2,2%, sendo um crescimento superior ao registrado no segundo trimestre de 2016 (1,2%), com relação ao mesmo período de 2015. Este resultado é explicado pelos aumentos dos gastos dos consumidores e dos investimentos das empresas em equipamentos, os quais refletiram-se no aquecimento do mercado de trabalho, que encontra-se perto do pleno emprego. A atual conjuntura sustenta a visão de que o Federal Reserve (Fed), banco central americano, tem espaço para aumentar a taxa de juros. O Fed mantém atualmente a taxa de juros entre 1% e 1,25%.

Por sua vez, a União Européia apresentou no segundo trimestre de 2017 com relação ao mesmo período de 2016, um crescimento de 2,4%, em um ritmo de crescimento superior ao registrado em 2016 (1,9%) para o mesmo período de comparação de 2015. França, Espanha, Alemanha e Itália foram os destaques de crescimento no primeiro semestre de 2017. As despesas do consumidor aumentaram e continua a ser o principal componente do crescimento econômico da Zona do Euro. A confiança dos consumidores aumentou substancialmente a partir do último trimestre de 2016 e vem se mantendo ao longo do ano de 2017.

Convém destacar, ainda, que as taxas de juros de longo prazo da Zona do Euro vêm aumentando em sintonia com o aumento das taxas de juros de longo prazo dos Estados Unidos e um pequeno aumento nas expectativas de inflação.

Em ritmo ainda elevado, a economia da China apresentou crescimento de 6,9% no segundo trimestre de 2017, com relação ao mesmo período de 2016, sendo um resultado superior ao registrado no primeiro trimestre de 2016 (6,7%). As empresas estatais investiram 12% a mais que nos primeiros seis meses de 2016, enquanto o setor privado 7,2 %. A confiança dos consumidores também aumentou significativamente a partir do segundo semestre de 2016, apoiando a mudança para uma economia baseada no consumo, e vem sendo mantida nesse primeiro semestre de 2017. A meta do governo chinês para este ano é de crescimento de 6,5%, depois de atingir 6,7% em 2016, o valor mais baixo no país desde 1990.

Finalmente, a economia japonesa apresentou no segundo trimestre de 2017, em relação ao mesmo trimestre de 2016, crescimento de 1,6%, resultado este superior para o mesmo período de 2016, quando se verificou um valor de 1,0%. O bom desempenho é explicado pelos aumentos das despesas das famílias, do investimento em capital fixo das empresas e pelas exportações.

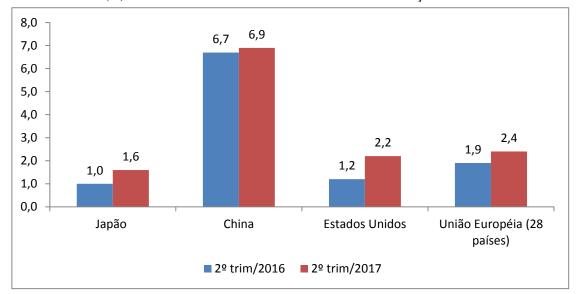


Gráfico1.1: Taxa (%) de Crescimento do PIB – 2° trimestre de 2017 em relação ao mesmo trimestre de 2016

Fonte: OECD. Elaboração: IPECE.

1.2 Economia Brasileira e Produto Interno Bruto

No segundo trimestre de 2017, o PIB do Brasil registrou crescimento de 0,3% em relação ao segundo trimestre de 2016 (Tabela 1.2), após 12 trimestres consecutivos com resultados negativos. No resultado do acumulado do ano, referente ao primeiro semestre de 2017, verifica-se um crescimento nulo, sendo o primeiro resultado não negativo desde o primeiro semestre de 2015. Em relação ao acumulado nos últimos quatro trimestres, registra-se uma queda de 1,4%.

Tabela 1.2: Taxas de crescimento (%) do PIB e Valor Adicionado por atividades no trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior - Brasil - 2016 e 2º Trim. 2017 (*)

Setores e Atividades	2º Trim. 2016 (**)	1° Trim. 2017 (**)	2° Trim. 2017 (**)	Acumulado no ano (**)	Acumulado nos 4 últimos Trim (***)
Agropecuária	-6,1	15,2	14,9	15,0	6,2
Indústria	-2,9	-1,1	-2,1	-1,6	-2,1
Extrativa Mineral	-5,1	9,7	5,9	7,8	4,4
Transformação	-4,7	-1,0	-1,0	-1,0	-2,0
Construção Civil Eletricidade, Gás e Água	-3,2	-6,3	-7,0	-6,6	-6,4
(SIUP)	8,7	4,4	-0,5	1,9	2,6
Serviços	-2,7	-1,7	-0,3	-1,0	-1,7
Comércio	-6,6	-2,5	0,9	-0,8	-2,4
Transportes	-6,0	-2,2	-0,5	-1,4	-4,6
Intermediação Financeira	-3,0	-4,0	-2,1	-3,1	-3,2
Administração Pública (APU)	0,5	-0,7	-1,3	-1,0	-0,7
Outros Serviços	-3,9	-1,8	0,3	-0,7	-1,7
VA a preços básicos	-3,0	-0,3	0,3	0,0	-1,2
PIB pm	-3,6	-0,4	0,3	0,0	-1,4

Fonte: IPECE e IBGE. Elaboração: IPECE.

Dentre as atividades que contribuíram para a geração do Valor Adicionado no segundo trimestre de 2017 em relação a igual período do ano anterior, a Agropecuária cresceu 14,9%. Este resultado pode ser explicado, principalmente, pelo desempenho de alguns produtos que possuem safra relevante no segundo trimestre e pela produtividade, conforme o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de agosto. Com exceção do café, que apresentou queda de 7,0% na estimativa de produção anual, as demais culturas apontaram crescimento na estimativa de produção anual e ganho de produtividade: milho (56,1%), soja (19,7%) e arroz (16,3%).

A Indústria sofreu queda de 1,1%, onde a atividade Indústria de Transformação apresentou contração de 1,0%. Esse resultado foi influenciado, principalmente, pelo decréscimo da produção de produtos alimentícios; produtos derivados do petróleo e biocombustíveis; móveis; e equipamentos de transporte (exceto veículos automotivos). A Construção Civil também registrou queda (-6,3%). Já a Extrativa Mineral apresentou um crescimento de 9,7%, explicado pelo crescimento da extração de petróleo e gás natural e de minérios ferrosos. A atividade de Eletricidade e Gás, Água, Esgoto e Limpeza Urbana, também registrou expansão

^(*) São dados preliminares e podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos;

^(**) Em comparação a igual período do ano anterior;

^(***) Em comparação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

(4,4%), influenciada pelo efeito-base proveniente do desligamento de termelétricas, ocorrido entre o 4º trimestre de 2015 e primeiro semestre de 2016.

O setor de Serviços decresceu 1,7%, influenciado pelas quedas de 4,0% em Intermediação Financeira e Seguros e de 2,5% no Comércio (atacadista e varejista). Também apresentaram resultado negativo as atividades de Transporte, Armazenagem e Correio (-2,2%), Outros Serviços (-1,8%) e Administração, Saúde e Educação Pública (APU) (-0,7%).

Tabela 1.3: Taxas de crescimento (%) do PIB e Valor Adicionado por atividades no trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior – Brasil – 2016 e 2º Trim. 2017 (*)

Setores e Atividades				
	2° Trim. 2016 (**)	1° Trim. 2017 (**)	2° Trim. 2017 (**)	
Agropecuária	-0,2	11,5	0,0	
Indústria	0,5	0,7	-0,5	
Extrativa Mineral	1,6	1,8	0,4	
Transformação	0,0	1,1	0,1	
Construção Civil	-1,5	-0,5	-2,0	
Eletricidade, Gás e Água (SIUP)	2,7	3,1	-1,3	
Serviços	-0,7	0,2	0,6	
Comércio	-1,1	-0,2	1,9	
Transportes	-2,4	3,1	0,6	
Intermediação Financeira	-2,1	-0,6	-0,2	
Administração Pública (APU)	0,6	-0,3	-0,3	
Outros Serviços	-1,3	0,9	0,8	
VA a preços básicos	-0,3	1,0	0,3	
PIB pm	-0,4	1,0	0,2	

Fonte: IPECE e IBGE.

Na comparação do segundo trimestre de 2017 em relação ao primeiro trimestre de 2017, trabalhando-se com as séries dessazonalizadas, o PIB do Brasil apresentou crescimento de 0,2% (Tabela 1.3), repetindo o desempenho positivo registrado no primeiro trimestre de 2017. Em relação aos setores da economia brasileira, a Agropecuária apresentou crescimento nulo, a Indústria caiu 0,5% e o setor de Serviços cresceu 0,6%. Na Indústria, houve expansão nas atividades Extrativista Mineral (0,4%) e Transformação (0,1%). Nos Serviços, apresentaram resultado positivo as atividades de Comércio (1,9%), Transportes (0,6%) e Outros serviços (0,8%). Já a Intermediação financeira e seguros (-0,2%) e APU (-0,3%) apresentaram recuo.

^(*) São dados preliminares e podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos;

^(**) Em comparação ao período imediatamente anterior.

1.3 Inflação e Indicadores de Expectativas Futuras

O Gráfico 1.2 apresenta a inflação acumulada dos últimos doze meses para o Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) de janeiro de 2016 a janeiro de 2017. No nacional, observa-se que o acumulado dos últimos doze meses desde abril segue abaixo do teto da meta (4,5%), tendo registrado 3,0% no acumulado dos últimos doze meses até junho de 2017. Na RMF, a inflação dos últimos dozes meses passou a ficar abaixo da meta a partir de junho de 2016.

Os comunicados e notas do Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central (BC) vêm alertando que a maior intensificação da desaceleração inflacionária ocorrida nos últimos meses é resultante da queda de preços dos alimentos em decorrência de um choque de oferta favorável.

Adicionalmente, esse choque de oferta favorável nos preços dos alimentos tem produzido efeitos secundários, contribuindo, assim, para quedas adicionais das expectativas de inflação e da inflação em outros setores na economia. Além disso, o COPOM também destaca que o comportamento inflacionário permanece favorável tendo o processo de desinflação se difundindo nos componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à Política Monetária.

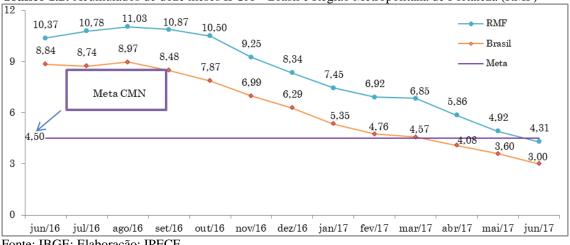


Gráfico 1.2: Acumulados de doze meses IPCA – Brasil e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)

Fonte: IBGE: Elaboração: IPECE.

Por sua vez, o Gráfico 1.3 apresenta a evolução do Índice de Confiança do Consumidor (ICC) e do Índice de Confiança Empresarial (ICE). Ambos produzem sinalizações da tendência econômica podendo ser utilizados como indicadores antecedentes de atividade econômica para tomada de decisões. Tanto para o caso do ICC como para o ICE suas tendências são determinadas pelas perspectivas futuras dos agentes econômicos (consumidores e empresários, respectivamente).



Gráfico 1.3: Evolução do Índice de Confiança do Consumidor e Índice de Confiança Empresarial

Fonte: FGV/IBRE: Elaboração: IPECE.

Os resultados revelam que a partir de janeiro de 2017 os índices de confiança iniciaram uma recuperação que já ocorria partir do segundo trimestre de 2016. Como também pode ser observado, a crise política iniciada em maio de 2017 fez com que ambos os índices recuassem a partir de então.

De acordo com o IBRE, a queda ocorrida neste mês de junho de 2017 interrompeu uma sequência de cinco altas seguidas do ICE. Esse aumento de incerteza e dos riscos após os eventos de maio de 2017 também pioraram as expectativas do ICC.

O Gráfico 1.4 apresenta o Índice de Confiança da Indústria (ICI), o Índice de Confiança de Serviços (ICS), o Índice de Confiança do Comércio (ICOM) e o Índice de Confiança da Construção (ICST) com base nas Sondagens da Indústria de Transformação, do Setor Serviços, do Comércio e da Construção, respectivamente.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da FGV, responsável pelas sondagens, estes índices permitem o aperfeiçoamento do planejamento do nível de produção e acompanhamento dos movimentos de absorção e liberação de mão-de-obra nos setores em análise além do conhecimento dos seus planos de investimento. Os índices são indicadores sínteses da situação atual dos negócios e previsões para negócios em relação ao futuro próximo (seis meses seguintes).

Similarmente aos resultados observados no ICC e ICE apresentados no gráfico anterior, os índices de confiança dos grandes setores em análise foram bastante influenciados pelo aumento da incerteza a partir de 17 de maio de 2017.

Esse foi o caso do ICI, ICS e ICOM. Para o ICST, como bem destaca o relatório de sondagem do IBRE, parte das expectativas dos revendedores de duráveis mantiveram-se em ascensão em razão da melhora de vendas após a liberação de recursos de contas inativas do FGTS e tendência de queda dos juros. No caso do ICOM, embora o mesmo também tenha sido influenciado pela incerteza do ambiente político, os fatores que impactaram de forma levemente positiva na confiança da construção, tendem a melhorar o ritmo de vendas do setor no futuro.

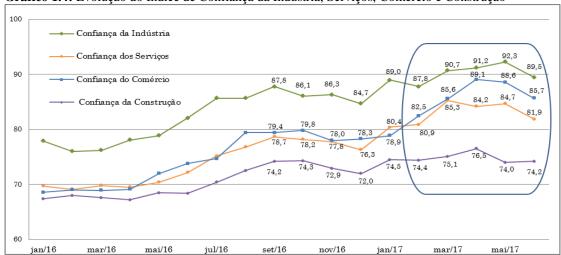


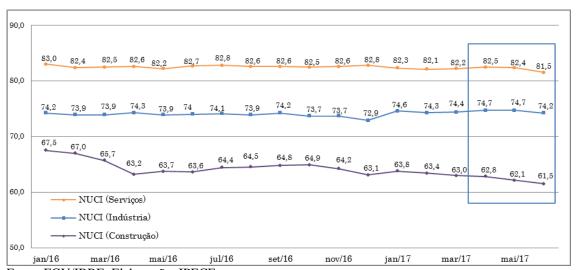
Gráfico 1.4: Evolução do Índice de Confiança da Indústria, Serviços, Comércio e Construção

Fonte: FGV/IBRE: Elaboração: IPECE.

Finalmente, o Gráfico 1.5 apresenta os resultados do Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) da Indústria de Transformação, dos Serviços e da Construção fazendo uso novamente dos dados do IBRE/FGV. O NUCI do setor de Serviços caiu 0,9 ponto percentual (p.p.) de maio para junho, atingindo 81,5%, o menor nível da série histórica, segundo análise da Sondagem de Serviços de junho de 2017 do IBRE/FGV. Por sua vez, o NUCI da Indústria de Transformação recuou 0,5 p.p. nesse mesmo período atingindo 74,2%, menor valor desde dezembro de 2016, de acordo com a Sondagem da Indústria de Transformação do mês de junho de 2017 do IBRE/FGV.

Finalmente, o NUCI da construção de maio a junho recuou 0,6 p.p., atingindo 61,5%. Os dados da série histórica do IBRE indicam que em setembro de 2013 esse valor chegou a máxima de 82,9%, mas encontra-se, atualmente, 21,4 pontos percentuais abaixo do maior nível da atingido pela série. O IBRE destaca que para este setor em particular predomina uma maior visão pessimista entre as empresas perante o quadro de incerteza política.

Gráfico 1.5: Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) - Indústria, Serviços e Construção



Fonte: FGV/IBRE: Elaboração: IPECE.

2 ATIVIDADE ECONÔMICA CEARENSE

2.1 Produto Interno Bruto

No segundo trimestre de 2017 com relação ao mesmo período de 2016, a economia cearense apresentou um crescimento de 2,17% (Tabela 2.1), sendo o primeiro crescimento positivo após oito trimestres consecutivos de resultados negativos nessa análise de comparação. Este resultado mostra o início da recuperação da economia cearense após dois anos de recessão. No resultado do acumulado do ano, no qual refere-se ao primeiro semestre de 2017, observa-se um crescimento de 0,77%, enquanto que no acumulado de últimos quatro trimestres verifica-se uma queda de 2,21%.

Tabela 2.1: Taxas de crescimento (%) do PIB e Valor Adicionado por atividades no trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior - Ceará - 2016 e 2º Trim. 2017 (*)

Setores e Atividades	2° Trim. 2016 (**)	1° Trim. 2017 (**)	2° Trim. 2017 (**)	Acumulado no ano (**)	Acumulado nos 4 últimos Trim (***)
Agropecuária	-2,66	2,07	41,26	23,92	6,45
Indústria	-10,23	-1,28	-0,17	-0,73	-4,02
Extrativa Mineral	2,82	-20,06	-21,06	-20,56	-8,38
Transformação	-7,48	3,07	7,01	5,04	0,40
Construção Civil	-18,17	-5,96	-7,70	-6,83	-11,51
Eletricidade, Gás e Água (SIUP)	2,88	0,45	0,49	0,47	1,17
Serviços	-6,80	-0,27	0,13	-0,07	-2,41
Comércio	-15,03	-0,95	1,09	0,07	-5,46
Alojamento e Alimentação	-3,04	-1,49	-0,39	-0,94	-2,17
Transportes	-3,92	-2,96	-3,12	-3,04	-3,28
Intermediação Financeira	-10,41	-1,22	0,13	-0,55	-4,05
Administração Pública	-0,50	1,33	0,07	0,69	0,34
Outros Serviços	3,99	0,58	1,23	0,91	2,29
VA a preços básicos	-7,24	-0,58	2,29	0,87	-2,18
PIB pm	-7,18	-0,67	2,17	0,77	-2,21

Fonte: IPECE e IBGE. Elaboração: IPECE.

Em relação aos setores que compõem o cálculo do PIB do Ceará, na comparação do segundo trimestre de 2017 com o mesmo período de 2016, a Agropecuária apresentou um forte crescimento de 41,26%, sendo explicado pela quadra chuvosa de 2017 em torno da média histórica e pela baixa base de comparação. Para o mesmo período de análise, a Indústria apresentou uma queda de 0,17%, enquanto que o setor de serviços apresentou um leve

^(*) São dados preliminares e podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos;

^(**) Em comparação a igual período do ano anterior;

^(***) Em comparação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

crescimento de 0,13%. Observa-se que todas as atividades apresentaram resultados superiores aos registrados no segundo trimestre de 2016.

Tabela 2.2: Taxas de crescimento (%) do PIB e Valor Adicionado por atividades no trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior - Ceará - 2016 e 2º Trim. 2017 (*)

Setores e Atividades	2° Trim. 2016 (**)	1° Trim. 2017 (**)	2° Trim. 2017 (**)
Agropecuária	-8,52	8,90	33,03
Indústria	-1,01	1,32	-0,02
Extrativa Mineral	-1,95	-10,78	-3,50
Transformação	-0,62	3,04	2,96
Construção Civil	-4,44	2,77	-5,94
Eletricidade, Gás e Água (SIUP)	0,72	0,10	0,77
Serviços	-1,25	1,33	-0,75
Comércio	-3,22	3,18	-1,08
Alojamento e Alimentação	-0,84	0,41	0,21
Transportes	-0,28	1,14	-0,26
Intermediação Financeira	-1,47	1,15	-0,15
Administração Pública	0,51	0,91	-0,72
Outros Serviços	0,61	-0,49	1,20
VA a preços básicos	-1,50	2,57	1,27
PIB pm	-1,41	2,26	1,33

Fonte: IPECE e IBGE. Elaboração: IPECE.

A Tabela 2.2 apresenta a análise das séries dessazonalizadas para a economia do Ceará. Na comparação do segundo trimestre de 2017 em relação ao primeiro trimestre de 2017, o PIB do Ceará cresceu 1,33%, repetindo o desempenho positivo verificado no primeiro trimestre de 2017. Esse resultado fortalece a indicação de uma tendência de retomada do crescimento da economia cearense.

Na análise dos setores da economia cearense, a Agropecuária teve expansão de 33,03%, a Indústria caiu 0,02% e o setor de Serviços registrou uma queda de 0,75%. Na Indústria, os destaques positivos foram os crescimentos de 2,96% na indústria de transformação e de 0,77% no SIUP. Já para o setor de Serviços, os destaques foram alojamento e alimentação (0,21%) e a atividade de outros serviços (1,20%).

^(*) São dados preliminares e podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos;

^(**) Em comparação ao período imediatamente anterior.

2.2 Agropecuária

O período de chuva do Ceará no ano de 2017 apresentou pluviosidade abaixo da média para o estado. Conforme dados da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME), fevereiro e março foram os únicos meses que tiveram chuvas acima da média. Todos os meses do segundo trimestre tiveram volume de chuva inferior a média. Porém, na comparação de 2017 com 2016, observa-se que nos meses de fevereiro a junho de 2017 choveu mais que em 2016 (Talela 2.3).

Com isso, o setor agropecuário foi mais beneficiado com o periodo de chuvas em 2017, indicando um melhor desempenho do setor nesse ano, comparado a 2016.

Tabela 2.3: Comparativo do desvio percentual entre a média das normais e a média das pluviosidades observadas – Mensal de 2016-2017

Mês	Normal (mm)	Observada (mm) em 2016	Observada (mm) em 2017	Desvio % com relação a normal	
Janeiro	98,7	191,8	67	-32,1	
Fevereiro	118,6	53,2	157,3	32,6	
Março	203,4	129,4	205,4	1,0	
Abril	188	97,4	155,5	-38,6	
Maio	90,6	47,4	66,2	-29,6	
Junho	37,5	17,6	23,7	-36,9	

Fonte: FUNCEME. Elaboração: IPECE.

Analisando-se a distribuição espacial das chuvas ocorridas no primeiro semestre de 2017, verifica-se que todas as regiões tiveram pluviosidade abaixo do valor da média histórica. Porém, é importante ressaltar que a quantidade de chuvas de 2017 foi maior em todas as regiões, quando comparado com 2016.

A região litorânea foi onde mais choveu, com destaque para o Litoral de Fortaleza, com 926,2 mm de chuvas, seguido de Litoral do Pecém (731,8 mm). As regiões de Jaguaribara e Cariri tiveram as menores quantidades de chuvas, com 428,1 mm e 586,9 mm, respectivamente. Ressaltando que essas duas regiões são importantes produtoras de grãos do Ceará.

Mesmo com o melhor volume de chuvas ocorridas em 2017, a quantidade de água não foi suficiente para os reservatórios cearenses adquirirem grandes aportes de água. Conforme dados da Companhia de Gestão dos Recursos Hidrícos (COGERH), a bacia hidrográfica da região de Acaraú foi a que pegou maior aporte de água (403,41 milhões m³), chegando a 26,52% da capacidade total. As bacias de Coreaú e Litoral apresentam os maiores volumes, com 79,65% e 58,57%, respectivamente (Tabela 2.4).

A Bacia do Médio Jaguaribe, onde encontra-se o açude castanhão, apresenta uma das menores quantidades relativas da capacidade, com apenas 4,95%. Baixo Jaguaribe (1,16%), Sertões de Crateus (1,30%) e Banabuiú (3,59%) apresentam os menores percentuais da capacidade total. Quando se observam todas as bacias hidrográficas cearenses, percebe-se que o nível corresponde a 12,31%, revelando um ganho de, apenas, 5,63 pontos percentuais sobre o valor registrado no início do ano (6,68%).

Com a atual quantidade de água armazenada que as bacias hidrográficas possuem, o estado do Ceará deve continuar mantendo um controle rigoroso do uso da água, visto que as chuvas do primeiro semestre de 2017 não foram suficientes para atingir um nível considerado favorável para sair da crise hídrica.

Tabela 2.4: Capacidade e volume (%) de armazenamento das Bacias Hidrográficas do Ceará – janeiro a junho de 2016-2017

Regiões	Capacidade (m³)	Volume (%) no início do ano	Jan-jun 2016 - Volume (%)	Jan-jun 2017 - Volume (%)	
Acaraú	1.721.047.165	6,96	20,82	26,52	
Alto Jaguaribe	2.778.546.000	13,41	8,06	10,47	
Baixo Jaguaribe	24.000.000	0	0	1,16	
Banabuiú	2.760.949.943	1,74	2,9	3,59	
Coreaú	308.660.000	25,66	44,58	79,65	
Curu	1.028.210.000	1,47	10,85	13,71	
Litoral	214.901.071	26,05	43,07	58,57	
Médio Jaguaribe	7.386.471.739	4,68	3,88	4,95	
Metropolitana	1.369.996.488	10,22	22,81	33,23	
Salgado	452.312.000	8,6	14,9	15,08	
Serra da Ibiapaba	141.000.000	13,89	21,19	27,66	
Sertões de Crateús	448.047.203	1,39	2,79	1,3	
Ceará	18.634.141.609	6,68	11,45	12,31	

Fonte: COGERH. Elaboração: IPECE.

As estimativas realizadas pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola LSPA/IBGE¹, indicam que a produção de grãos do Ceará terá um crescimento no ano de 2017, comparada à produção obtida em 2016. Esse aumento da produção deve-se ao maior volume de chuvas ocorridas em 2017, favorecendo de forma positiva a produtividade e diminuindo os riscos de perda de produção.

Dessa forma, destaca-se o aumento da produção das culturas de milho e feijão, que apontam variação de 241% e 167%, respectivamente, relativamente a 2016. Assim, estimou-se que a

¹ As estimativas realizadas pelo LSPA/IBGE começa o ano com a estimativa com base nas safras passadas e nas condições de plantio. Esta sistemática possibilita, a cada mês da fase de tratos culturais, a correção das estimativas para as variáveis investigadas.

produção de milho no Ceará seja de 390,7 toneladas e a produção de feijão de 151,3 toneladas. A produção de arroz indica crescimento mais moderado (38,5%), comparada a quantidade obtida em 2016. Vale ressaltar que a produção de arroz no Ceará vem passando por um processo de desincentivo por ser uma cultura que demanda muita água.

Ressalte-se que as estimativas estão baseadas principalmente na informação de áreas plantadas, produtividade prevista e colheita já realizada. Sendo assim, entende-se que esses valores de produção são alterados, conforme novas informações geradas pela LSPA.

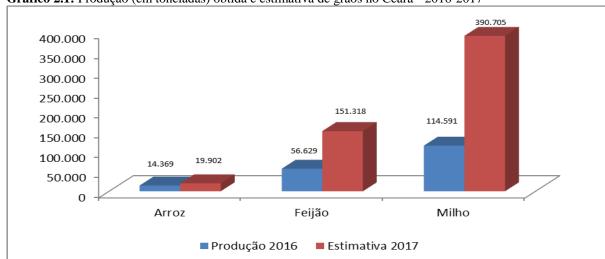


Gráfico 2.1: Produção (em toneladas) obtida e estimativa de grãos no Ceará - 2016-2017

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Nota: (*) O valor de 2016 refere-se aos valores da produção obtida e o valor de 2017 corresponde a estimativa.

A produção de frutas em 2017 indica bons resultados para quase todas as culturas, dentre as quais podem-se destacar o mamão (24,12%) e a banana (9,14%), que apontam crescimento da produção. Também há boas perspectivas para o aumento da produção de goiaba (13,96%), laranja (25,77%), abacaxi (27,97%) e maracujá (18,66%). Enquanto que a produção de cocoda-baía (-29,07%) e acerola (-0,82%) indicam queda, em virtude da redução da área colhida e queda de produtividade.

Ainda assim, a produção de frutas no Ceará pode sofrer com a limitação de água, principalmente as culturas produzidas nos polos irrigados.

Tabela 2.5: Produção obtida e estimativa de Frutas (em toneladas) no Ceará - 2016-2017

Produção de Frutas	Produção 2016 *	Estimativa 2017	Variação (%) 2017/2016
Acerola	12.728	12.623	-0,82
Banana	323.846	353.448	9,14
Goiaba	15.434	17.588	13,96
Laranja	8.474	10.658	25,77
Mamão	110.520	137.180	24,12
Manga	43.233	47.067	8,87
Maracujá	98.122	116.436	18,66
Melancia	35.469	41.310	16,47
Melão	98.535	111.186	12,84
Abacaxi **	429	549	27,97
Coco-da-baía **	263.527	186.923	-29,07

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Notas: (*) O valor de 2016 refere-se a produção obtida e o valor de 2017 corresponde a estimativa.

(**) Produção em mil frutos.

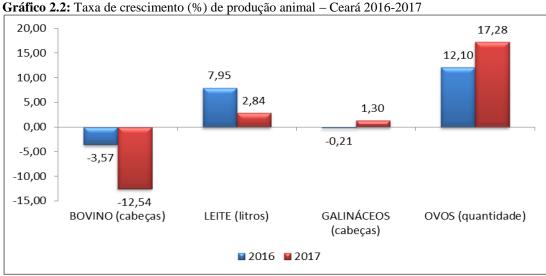
Quanto a pecuária, o Ceará vem apresentando bom desempenho na produção de ovos, que mantém um ritmo de crescimento elevado, tendo em 2017 estimativa de aumento de 17,28%, comparado com o ano de 2016. Ressalte-se também o desempenho positivo da atividade de galináceos, que indica crescimento de 1,3% em 2017, com relação ao ano anterior.

A produção de leite para o ano de 2017 indica crescimento de 7,95%, comparado ao ano de 2016. Produtores consideram as precipitações registradas como suficientes para criar pasto e fazer silagem, garantindo o alimento do gado até a próxima quadra chuvosa.

É importante destacar que o setor de laticínio do Ceará continua investindo, com expansão de fábricas e consequentemente aumento da produção, gerando maior demanda de leite.

A produção de leite vem crescendo no Ceará diante dos investimentos em novas técnicas de produção utilizadas e, consequentemente, melhoria na qualidade do produto, deixando o Ceará como o terceiro maior produtor de leite da Região Nordeste.

Quanto a produção de bovino é estimado mais um ano de queda, com variação negativa de 12,54% em 2017. Em 2016, a estimativa foi de queda de 3,57%. Esses resultados mostram a redução que a bovinocultura vem apresentando nos últimos anos no Ceará (Gráfico 2.2).



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

2.3 Indústria

Indústria de Transformação

O segundo trimestre de 2017 traz uma novidade importante para indústria de transformação cearense. Após doze longos trimestres de redução na produção física, a indústria cearense fechou o período de abril a junho de 2017 com uma expansão de 2,1% sobre iguais meses do ano anterior. Os dados constam do indicador de produção física da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE (PIM-PF/IBGE).

O resultado positivo materializa um crescimento que já vinha sendo anunciado nos períodos anteriores. O ritmo decrescente das reduções na quantidade produzida a cada trimestre já antecipava a reversão do ambiente de queda. De fato, os meses iniciais de 2016 marcaram uma inflexão do ritmo de produção e o início da atual trajetória de recuperação.

O Gráfico 2.3, a seguir, mostra um período maior para o movimento trimestral da produção física industrial cearense. Nele, fica evidente o longo período de queda experimentado pela manufatura local, bem como a trajetória de recuperação iniciada em 2016.

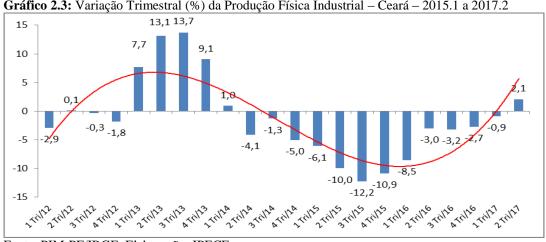


Gráfico 2.3: Variação Trimestral (%) da Produção Física Industrial – Ceará – 2015.1 a 2017.2

Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior.

O crescimento destaca um momento relevante para indústria local, no qual uma retomada em ritmo mais forte parece mais cristalina. Entretanto, é preciso avaliar o resultado com certa cautela. Por uma lado, o ciclo recessivo para indústria cearense foi longo e intenso, e tal processo pode ter deixado sequelas mais severas sobre a estrutura produtiva, o que pode limitar a força dessa retomada. Por outro lado, esse processo deve ter eliminado negócios ineficientes e pouco produtivos, preservando aqueles mais competitivos que podem contribuir para uma retomada mais consistente. Assim, a intensidade desta retomada, sua velocidade e sustentação são variáveis ainda não totalmente claras e o comportamento dos próximos meses ajudará numa análise mais precisa.

Avaliando os últimos meses, os números mostram um comportamento mais favorável da produção industrial. Entre abril e junho, as taxas de variação retratam expansões nas comparações contra os meses de 2016 e na evolução mês a mês. Em relação aos meses do ano anterior, os resultados da manufatura cearense foram -5,9%, 7,6% e 4,3% em abril, maio e junho, respectivamente. Já na avaliação contra os meses imediatamente anteriores, a manufatura cearense também voltou a registrar aumentos na produção: 2,4% na passagem de março para abril, 5,4% em maio sobre abril e 0,1% em junho sobre maio. O Gráfico 2.4 abaixo apresenta as taxas.

O movimento recente indica um quadro de expansão e relativa estabilidade no desempenho da indústria de transformação no estado. Os resultados além de relativamente melhores do que os observados no mesmo período do ano passado, asseguraram o retorno da produção a um patamar positivo de crescimento.

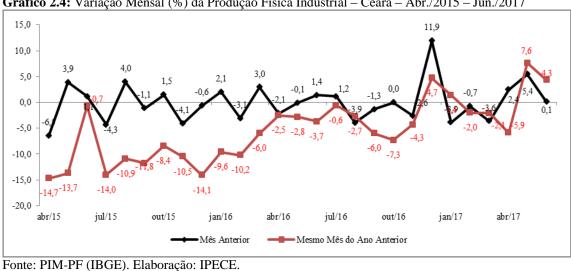
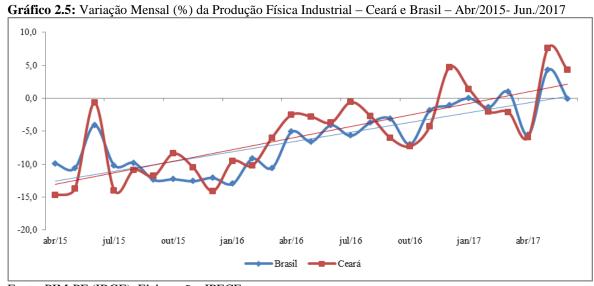


Gráfico 2.4: Variação Mensal (%) da Produção Física Industrial – Ceará – Abr./2015 – Jun./2017

O Gráfico 2.5, a seguir, compara a trajetória mensal da atividade industrial no Ceará e no Brasil. Neste, é possível perceber a melhora do ritmo da produção em ambos os parques, com trajetórias próximas e uma intensidade um pouco melhor para manufatura estadual em 2017. No gráfico, as linhas retas indicam a tendência do comportamento no período e confirmam o melhor ritmo cearense.



Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior. As linhas retas indicam tendência de comportamento dos dados no período considerado.

No comparativo com os demais estados, os resultados do segundo trimestre confirmam o movimento de recuperação mais difuso observado no primeiro quarto do ano. No acumulado de 2017, a maior parte das unidades da federação pesquisadas apresenta números positivos, indicando uma expansão da produção industrial local.

Entre os quatorze estados que participam do levantamento, apenas cinco registraram queda entre os meses de janeiro a junho de 2017 na comparação com o ano anterior. São eles: Bahia (-7,4%), Pará (-5,0%), Mato Grosso (-1,4%), Minas Gerais (-0,4%) e São Paulo (-2,2%). Entre os que apresentaram expansão, destaque para os parques industriais de Santa Catarina (3,3%) e Amazonas (2,3%). Já a indústria cearense apresentou um resultado positivo no primeiro semestre, com expansão de 0,6% sobre o mesmo período de 2016. Na comparação com a média nacional e do Nordeste, o desempenho cearense se mostra superior ao país (-0,2%) e ao desempenho regional (-2,0%). A Tabela 2.6 traz os resultados para os estados pesquisados, para o país e a região.

Tabela 2.6: Variação (%) da Produção Física Industrial - Brasil e Estados - Abr.-Jun./2016 e 2017 e Ac. do Ano

Brasil e Estados	Variação Mensal (2016)		Acumulado	Variação Mensal (2017)			Acumulado	
Drush e Estados	Abril	Maio	Junho	Ano (2016)	Abril	Maio	Junho	Ano (2017)
Brasil	-5,1	-6,6	-4,1	-8,1	-5,6	4,3	-0,1	-0,2
Nordeste	-2,0	0,9	-2,3	-2,8	-4,2	2,2	-5,1	-2,0
Santa Catarina	-4,9	-6,5	1,4	-5,8	-4,2	9,2	-0,9	3,3
Amazonas	-21,8	-7,0	-8,7	-17,8	9,1	1,4	0,7	2,7
Paraná	-7,1	-10,3	-5,6	-8,2	-5,2	7,4	0,5	2,5
Espírito Santo	-4,9	-0,6	-4,4	-1,9	5,3	1,4	1,2	2,1
Rio Grande do Sul	-7,6	-3,6	2,3	-4,9	-4,5	7,4	2,1	1,9
Rio de Janeiro	-7,8	-10,6	-5,6	-9,6	-0,8	1,9	-0,9	1,7
Goiás	0,1	-0,6	1,8	-3,6	-7,5	0,4	0,1	1,4
Ceará	-2,5	-2,8	-3,7	-5,9	-5,9	7,6	4,3	0,6
Pernambuco	-8,0	-5,2	-6,3	-17,5	-7,5	-3,4	-2,9	0,6
São Paulo	-2,1	-5,6	-3,2	-8,6	-8,9	4,1	3,0	-0,1
Minas Gerais	0,0	-4,1	-1,8	-5,9	-4,5	2,6	2,4	-0,4
Mato Grosso	3,6	8,6	1,4	6,8	-7,5	-1,6	0,0	-1,4
Pará	-12,2	-6,6	-2,7	-8,4	-9,0	-1,7	-10,6	-5,0
Bahia	0,2	-1,7	-4,6	1,2	-8,1	-0,6	-11,6	-7,4

Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior. Ordenado pelo acumulado do ano de 2017.

Resultados Setoriais

O resultado positivo para indústria cearense no segundo trimestre de 2017 reflete um quadro de crescimento mais disseminado entre as atividades industriais. Diferente do observado nos últimos períodos, um número maior de setores registrou resultado positivo na evolução de sua produção física. Essa caraterística da expansão cearense, apoiada no crescimento de um

número relevante de atividades, confere relativa qualidade ao processo e pode contribuir para uma retomada em bases mais sustentáveis.

No trimestre em análise, sete das onze atividades pesquisadas apresentaram crescimento na comparação com igual período do ano anterior, quantidade superior às observadas nos últimos trimestres. Neste movimento, atividades tradicionais e importantes para indústria cearense mantiveram o crescimento nas quantidades produzidas nos períodos anteriores, enquanto outras voltaram a registrar aumentos no atual momento.

No primeiro grupo, destaque para os setores de Metalurgia (79,6%), Têxteis (14,5%), Vestuário (13,4%) e Couros e calçados (7,6%). No grupo mais recente, se sobressai o setor de Fabricação de bebidas (3,3%), que voltou a crescer após um longo período com retrações seguidas na quantidade produzida.

Em todos os casos, a recuperação parece estar associada tanto a um movimento cíclico e natural da atividade depois de várias e seguidas quedas na produção, como a uma melhora no ambiente econômico. De fato, o câmbio equilibrado em patamares favoráveis, a forte redução da inflação, a contínua queda da taxa de juros, e a recuperação do poder de compra das famílias favorece a melhora das expectativas por parte dos agentes e a recuperação da demanda agregada.

A Tabela 2.7, a seguir, apresenta os números para atividades industriais. O Gráfico 2.6, na sequência, compara a taxa de crescimento acumulada para 2016 e 2017.

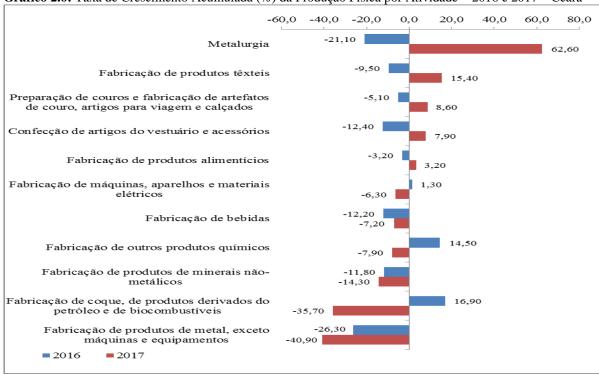
Tabela 2.7: Variação Trimestral (%) da Produção Física por Atividades Industriais – Ceará – 2016 e 2017

Setores		Va Trimes	Variação Trimestral (2017)			
	2016.I	2016.II	2016.III	2016.IV	2017.I	2017.II
Indústrias de transformação	-8,5	-3,0	-3,2	-2,7	-0,9	2,1
Metalurgia	-16,6	-25,6	-18,5	17,3	47,3	79,6
Fabricação de produtos têxteis	-14,7	-3,5	12,7	32,5	16,2	14,5
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	-7,8	-16,2	-15,3	-3,6	1,9	13,4
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	-11,9	3,0	1,0	3,5	9,6	7,6
Fabricação de bebidas	-13,4	-10,9	-10,9	-22,4	-16,0	3,3
Fabricação de produtos alimentícios	-6,4	0,0	4,0	1,8	4,5	2,1
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-0,7	3,8	-3,1	-0,3	-12,2	0,9
Fabricação de outros produtos químicos	20,5	9,5	-13,9	-17,1	-2,3	-13,0
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	-13,2	-10,5	-14,7	-12,4	-13,5	-15,0
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	-20,1	-32,9	-48,3	-11,8	-45,2	-35,4
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	7,8	27,3	25,9	-11,0	-32,0	-39,3

Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior. Ordenado por 2017.II.

Gráfico 2.6: Taxa de Crescimento Acumulada (%) da Produção Física por Atividade – 2016 e 2017 – Ceará



Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior. Ordenado pelo acumulado do ano de 2017.

2.4 Serviços

2.4.1. Pesquisa Mensal dos Serviços

O setor de serviços segue uma tendência de baixa ao longo deste segundo trimestre de 2017 ao registrar retração de -8,12% comparado ao mesmo período de 2016, de acordo com os dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE.

Considerando a estagnação ocorrida no primeiro trimestre de 2016, essa queda representa a décima queda trimestral seguida a partir de uma comparação do trimestre com relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Esses resultados também revelam que o leve recuo de 0,4% registrado no primeiro trimestre de 2017 não representou reversão do quadro depressivo. Pelo contrário, a expressiva queda de 8,12% neste segundo trimestre revela a dificuldade do setor em reverter o quadro atual recessivo em que se encontra. O Gráfico 2.7 apresenta os resultados das taxas trimestrais a partir do primeiro trimestre de 2013, considerando que a PMS inicia-se no ano de 2012, primeira base comparativa de resultados.

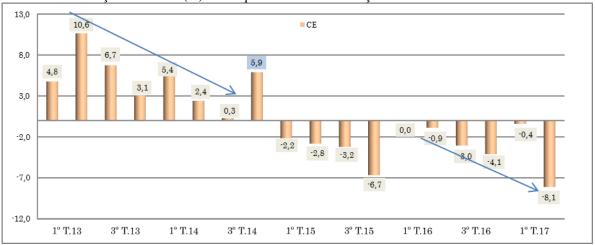


Gráfico 2.7: Variação Trimestral (%) da Pesquisa Mensal dos Serviços – CE – 2013.1 a 2017.1

Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 2.8 apresenta os mesmos resultados do gráfico anterior, mas agora incluindo os resultados do nacional. Como se pode observar, a intensidade da queda do Brasil desde o primeiro trimestre de 2016 é maior do que a que vem ocorrendo no Ceará, assim como o crescimento no início da série histórica se deu de forma mais intensiva no estado do que no país. Nesses termos, não deixa de ser surpreendente essa maior magnitude de queda do setor cearense quando comparado ao nacional.

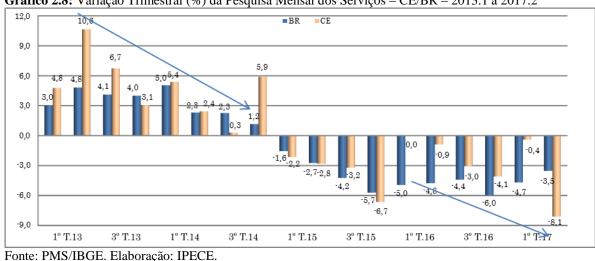


Gráfico 2.8: Variação Trimestral (%) da Pesquisa Mensal dos Serviços – CE/BR – 2013.1 a 2017.2

Os dados do Gráfico 2.9 apresentam os resultados para o acumulado do ano até junho (primeiro semestre) tanto para o Brasil como para o Ceará. O que se observa é que a intensidade da queda do setor de serviços do estado também é grande no acumulado do ano, embora neste primeiro semestre que se encerra a queda não seja tão expressiva quando comparada à nacional. Adicionalmente, assim como no comparativo trimestral, destacam-se as taxas mais elevadas do Ceará com relação ao Brasil no início da série (acumulado do primeiro semestre de 2012 e 2013).

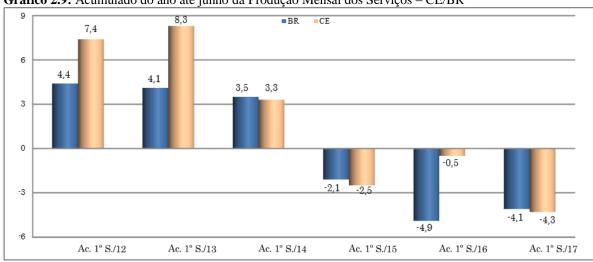


Gráfico 2.9: Acumulado do ano até junho da Produção Mensal dos Serviços - CE/BR

Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Resultados Setoriais

Os dados do Gráfico 2.10 apresentam as taxas de variação para o segundo trimestre desde 2013 pelos quatro principais segmentos do setor de serviços da PMS. Em primeiro lugar, pode ser observado que a base comparativa deste segundo trimestre de 2017 foi bastante alta na medida em que o segundo trimestre de 2016 apresentou taxas expressivas para quase todos os grupos.

O segundo trimestre de 2017 revela que a queda de 8,1% no setor de serviços foi disseminado entre os seus quatro principais segmentos. Em todos eles, as quedas foram de quase duas casas decimais. De fato, a menor das quedas foi a de serviços prestados as famílias, com variação negativa de 9,8%, o que revela que mesmo com a queda da inflação e aumento do poder real de compra das famílias as mesmas ainda estão resistentes em elevar seu consumo.

Outro segmento que revela o fraco desempenho do setor associado a essa baixa movimentação da demanda familiar são os serviços profissionais, administrativos e complementares, que incluem, por exemplo, o subgrupo de serviços técnicos-profissionais. Sua contração neste segundo trimestre de 2017 foi de 9,9%.

Por sua vez, serviços de informação e comunicação e transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio registraram queda de, respectivamente, 17,0% e 13,3%. Este ultimo segmento, no qual estão incluídos os transportes terrestre, aquaviário e aéreo, são subgrupos que estão conectados a outras atividades, como a indústria, o que reflete um panorama geral do baixo dinamismo da economia como um todo.

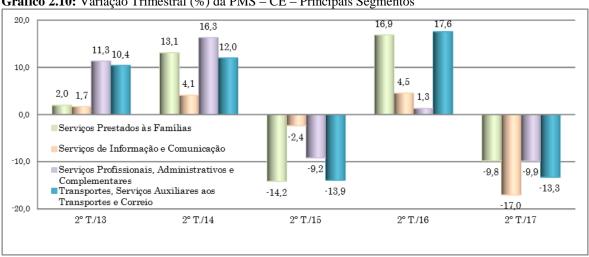


Gráfico 2.10: Variação Trimestral (%) da PMS – CE – Principais Segmentos

Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 2.11 e o Gráfico 2.12 apresentam o acumulado do ano (primeiro semestre) pelos quatro principais segmentos da PMS para o Ceará e o Brasil, respectivamente. Inicialmente, observa-se que o quadro geral para o fechamento do semestre não é tão desalentador para o Ceará, quando comparado ao quadro nacional.

De fato, os serviços prestados as famílias e transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio do Ceará apresentaram taxas positivas no acumulado de, respectivamente, 4,5% e 1,6%. Como já destacado, o primeiro setor sinaliza uma maior dinâmica em serviços com maior elasticidade renda da demanda, como restaurantes, serviços de *catering*, recreação, esporte, arte e cultura, etc. Assim, parte desse crescimento no encerramento do primeiro trimestre de 2017 pode refletir o maior poder aquisitivo das famílias em razão da queda dos juros e controle da inflação, que se encontra abaixo da meta de 4,5% nos últimos dozes meses nesse período de análise.

Por outro lado, a queda dos quatro principais segmentos no primeiro trimestre deste ano para o Brasil sinaliza que a retomada do setor no caso nacional será mais lenta, embora se observe que, com exceção do segmento serviços profissionais, administrativos e complementares, que encolheu 8,6%, os demais tiveram quedas não tão substanciais.

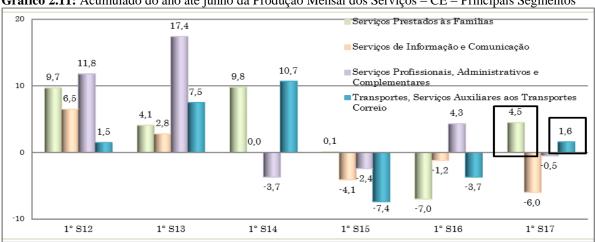


Gráfico 2.11: Acumulado do ano até junho da Produção Mensal dos Serviços – CE – Principais Segmentos

Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

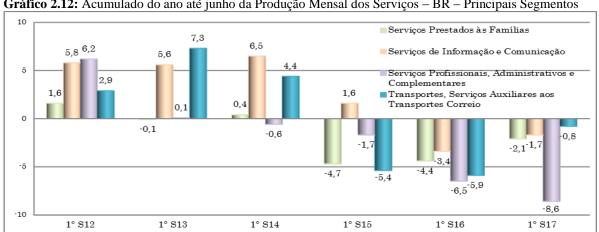


Gráfico 2.12: Acumulado do ano até junho da Produção Mensal dos Serviços – BR – Principais Segmentos

Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Finalmente, o Gráfico 2.13 apresenta o Índice de Atividades Turísticas (IATUR), índice que é construído a partir de dez agrupamentos de atividades ligados ao setor. Os resultados revelam que desde o início da série histórica o acumulado do primeiro semestre do IATUR tiveram desempenho negativo, com exceção dos anos onde ocorreram a Copa das Confederações e a Copa do Mundo.

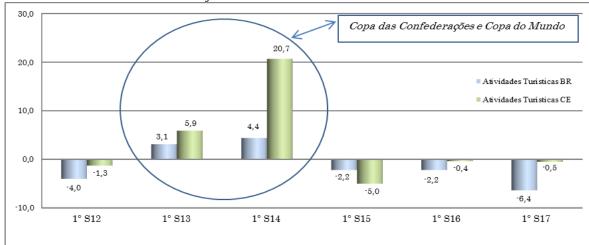


Gráfico 2.13: Acumulado do ano até junho das - CE/BR - Atividades Turísticas

Fonte: PMS/IBGE. Elaboração: IPECE.

Destaca-se, também, que no primeiro semestre de 2015, período no qual a crise já tinha se alastrado para todas as atividades econômicas, houve contração de 5,0 neste setor. Em 2016 e 2017 as retrações já se mostraram mais leves, com quedas de 0,4% e 0,5%, respectivamente. No Brasil, neste primeiro trimestre de 2017, a queda foi substancial, de 6,4%.

4.3.1. Comércio Varejista

Conforme dados divulgados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE o volume de vendas do varejo comum cearense registrou queda no acumulado do segundo trimestre de 2017 de 2,7%, relativamente a igual período do ano passado. Esse resultado foi melhor que o observado no primeiro trimestre do ano quando foi observada queda de 6,9%, mas ainda inferior ao resultado do varejo comum nacional que passou a registrar alta de 2,5% na mesma comparação.

Em relação ao varejo ampliado, as vendas cearenses registraram uma queda menor de 0,2%, apresentando também uma melhora na comparação com o primeiro trimestre que havia registrado queda acumulada de 3,8%. Esses números revelam que está ocorrendo uma nítida desaceleração do ritmo de queda nas vendas do varejo comum e ampliado ao longo do ano.

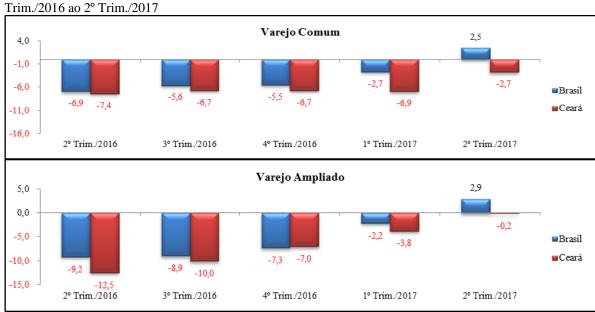


Gráfico 2.14: Variação trimestral do volume de vendas do varejo comum e ampliado – Brasil e Ceará – 2º Trim /2016 ao 2º Trim /2017

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 2.15 a seguir mostra a variação do volume de vendas do varejo comum e ampliado para o segundo trimestre, em relação ao Brasil e ao estado do Ceará nos últimos cinco anos. Nota-se que a queda registrada no segundo trimestre de 2017 foi menor que a registrada nos últimos dois anos, tanto no varejo comum quanto no ampliado, confirmando o quadro de melhora no varejo local, seguindo a trajetória de avanço observado no varejo nacional.

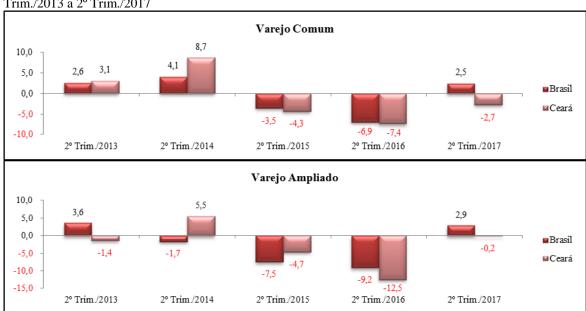


Gráfico 2.15: Variação trimestral do volume de vendas do varejo comum e ampliado – Brasil e Ceará – 2º Trim./2013 a 2º Trim./2017

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

-12.0

2016

No acumulado do ano, as vendas cearenses ainda registraram queda de 4,8% no varejo comum e queda de 2,0% no varejo ampliado, mas ambas inferiores ao registrado no acumulado de igual período de 2016.

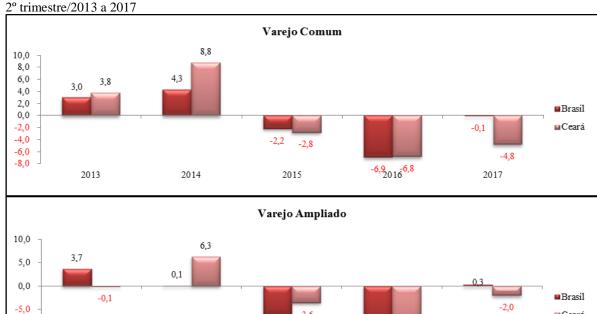


Gráfico 2.16: Variação do volume de vendas do varejo comum e ampliado – Brasil e Ceará – Acumulado até o

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

2014

2013

-10.0

-15,0

Pela análise do Gráfico 2.17 é possível uma melhor visualização dessa trajetória de desaceleração do ritmo de queda nas vendas do varejo cearense e nacional. No acumulado de 12 meses até junho de 2016, o varejo comum cearense havia registrado queda de 6,6%, passando a registrar queda de 5,8% no acumulado de 12 meses até junho de 2017. Já o varejo ampliado registrou variações de 12,3% e 5,5% na mesma comparação. Apesar disso, as vendas do varejo cearense não apresentaram uma trajetória de recuperação no mesmo ritmo do observado para o varejo nacional.

2015

■Ceará

2017

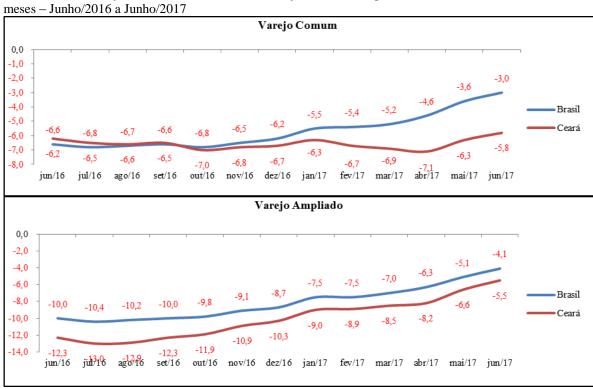


Gráfico 2.17: Variação do volume de vendas do varejo comum e ampliado – Brasil e Ceará – Acumulado de 12 mases – Junho/2016 a Junho/2017

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

Finalmente, o Gráfico 2.18 apresenta a variação do volume de vendas do varejo por atividades para o Brasil e para o Ceará no acumulado até Junho dos últimos dois anos. Das treze atividades analisadas, apenas quatro apresentaram variação positiva nas vendas do ano de 2017: Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (+15,3%); Material de construção (+14,7%); Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+9,2%) e Outros artigos de uso pessoal e doméstico (+3,5%), revelando uma recuperação nas vendas dessas atividades que haviam registrado queda no acumulado até junho de 2016.

Por outro lado, as maiores quedas acumuladas ocorreram nas atividades de Móveis (-34,2%); Combustíveis e lubrificantes (-24,1%); Móveis e eletrodomésticos (-17,3%); Livros, jornais, revistas e papelaria (-15,3%); Hipermercados e supermercados (-8,9%); Eletrodomésticos (-8,4%); Tecidos, vestuário e calçados (-2,4%); e Veículos, motocicletas, partes e peças (-0,1%).

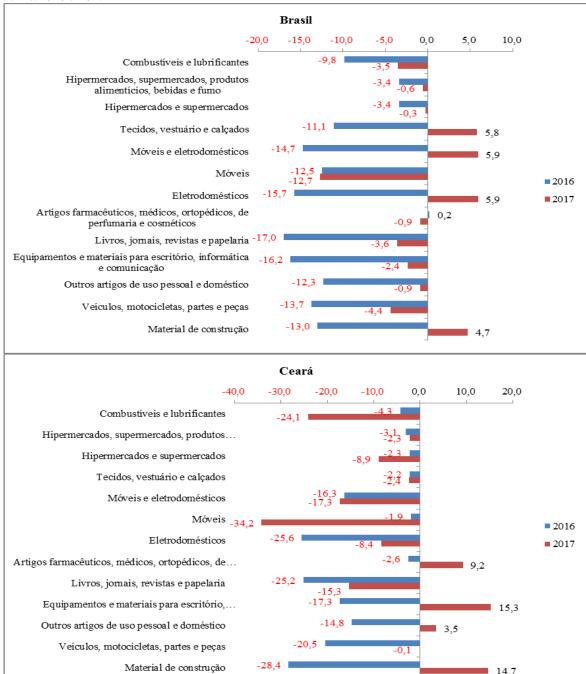


Gráfico 2.18: Variação do volume de vendas do varejo por atividades – Brasil e Ceará – Acumulado até Junho/2016 e 2017

Fonte: PMC/IBGE. Elaboração: IPECE.

3 MERCADO DE TRABALHO

3.1 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Ceará

Esta seção descreve o Mercado de Trabalho do Ceará a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC), publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com o Gráfico 3.1 a Oferta Potencial de Trabalhadores do Estado evidencia que o Ceará ainda encontra-se na etapa do Bônus Demográfico na medida em que a População em Idade de Trabalhar (PIT) expande-se mais velozmente que a População Total (PT). Como pode ser observado, a Oferta Potencial de Trabalho (PIT/PT) pode ser afetada tanto pela População em Idade de Trabalhar (PIT) como pela População Total (PT).

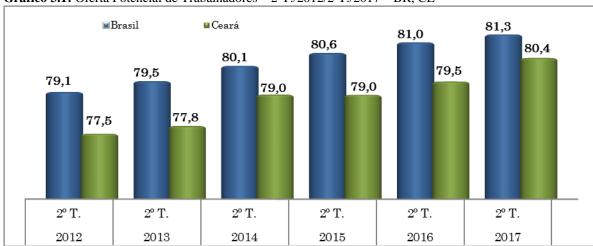


Gráfico 3.1: Oferta Potencial de Trabalhadores – 2°T./2012/2°T./2017 – BR, CE

Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

Destaca-se que a Oferta Potencial de Trabalhadores do Brasil é maior que do Ceará em razão da PIT ser maior que a PT em termos proporcionais (mais adultos e menos crianças resulta em Oferta maior). Neste segundo trimestre de 2017 a Oferta Potencial de Trabalhadores nacionais esteve 0,9 ponto percentual (p.p.) acima do Ceará.

Nos Gráficos 3.2 e 3.3, a seguir, apresentam-se o Nível de Ocupação (NO) e o Nível de Desocupação (ND), respectivamente. Pode-se observar que o Nível de Ocupação (NO) do Ceará foi reduzido em 1,7 p.p. do 2º trimestre de 2016 ao 2º trimestre de 2017, enquanto nesse mesmo período o Nível de Desocupação (ND) aumentou 0,9 p.p.

Nesses termos, a redução da demanda de mão de obra a partir da queda da ocupação não foi completamente transformada em maior oferta de mão de obra em termos de desocupados. De fato, caso a redução da demanda tivesse sido igual ao aumento da oferta a queda do NO teria

sido igual ao aumento do ND. No entanto, é provável que parte dos ocupados tenha se retirado da Força de Trabalho levando a uma menor pressão no Mercado de Trabalho.



Gráfico 3.2: Nível de Ocupação – 2°T./2012/2°T./2017 – BR, CE

Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

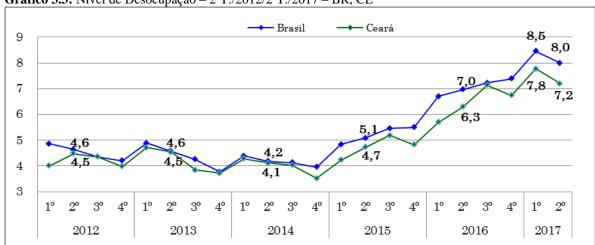


Gráfico 3.3: Nível de Desocupação – 2°T./2012/2°T./2017 – BR, CE

Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 3.4, por sua vez, apresenta a evolução da Taxa de Participação (TP), também denominada de Taxa de Atividade, indicador que mede a Efetiva Oferta de Trabalhadores em relação ao contingente populacional que estar apta a trabalhar - razão entre a Força de Trabalho (FT) e a População em Idade de Trabalhar (PIT).

A Taxa de Atividade do Brasil encontra-se 7,5 p.p. acima da Taxa de Participação do Ceará neste segundo trimestre de 2017. Em razão de um efeito eminentemente demográfico, 0,9 p.p. dessa diferença é explicada por uma menor Oferta Potencial de Trabalhadores do Estado. Os restantes 6,6 p.p. do diferencial entre a Taxa de Participação nacional e a Taxa de Atividade do Ceará podem ser explicados por questões relacionadas às especificidades do Mercado de Trabalho cearense ou mesmo diferenças de comportamento por conta de incentivos que levem trabalhadores no Ceará a deixarem a condição de Atividade e ficarem na condição de não atividade.

Tanto na literatura como nas bases de dados de fluxos de trabalhadores tem-se observado desempregados que são classificados como trabalhadores desalentados ou "em desalento". Os teóricos de labor market denominam essa resultante como Efeito do Trabalhador Desencorajado ocasionada pelas Flutuações Econômicas. Neste caso, a Taxa de Atividade apresenta uma tendência pró-cíclica na medida em que aumenta nos momentos de boom e se reduz nas recessões econômicas, como para o caso do Ceará no intervalo do segundo trimestre de 2016 ao segundo trimestre de 2017.



Gráfico 3.4: Evolução da Taxa de Participação – 1°T./2012/2°T./2017 – BR, CE

Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 3.5 apresenta a Taxa de Desemprego (TD), também denominada de Taxa de Desocupação. É um indicador que mede uma pressão direta sobre o Mercado de Trabalho de pessoas sem trabalho, que procuraram trabalho e estão disponíveis para começar a trabalhar imediatamente.

Os desocupados na semana de referência são as pessoas sem trabalho (que geram rendimentos para o domicílio) nessa semana, que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho que iriam começar após a semana de referência.

Os dados da PNAD Contínua revelam que a Taxa de Desocupação do Ceará saltou de 11,4% para 13,2% do 2º trimestre de 2016 ao 2º trimestre de 2017 (crescimento de 1,8 p.p.). Deve-se também destacar que no segundo trimestre de 2012 a Taxa de Desemprego do Ceará era 8,1%. No intervalo de um ano o contingente de desempregados no estado do Ceará elevou-se em 72.000 pessoas.

No entanto, do primeiro para o segundo trimestre de 2017 o desemprego no Ceará teve uma redução de 1,1 p.p. Destaca-se que parte dessa queda é resultante da queda da Taxa de Atividade no estado, onde parte do contingente de trabalhadores tende a se retirar da Força de Trabalho. Por outro lado, a elevação de 0,6 ponto percentual do Nível de Ocupação revela uma tendência de pessoas se ocuparem, seja pelo o aumento de algum tipo de ocupação, seja maior geração de postos de trabalho indicando algum grau de reação da economia diante do cenário de recuperação econômica.

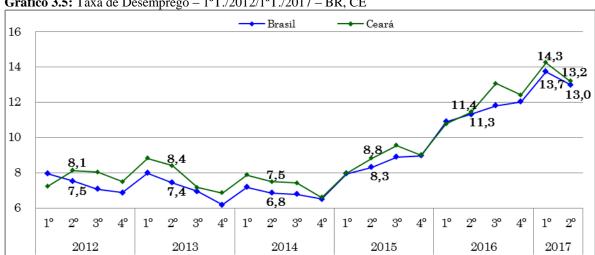


Gráfico 3.5: Taxa de Desemprego – 1°T./2012/1°T./2017 – BR, CE

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Elaboração: IPECE.

3.2. Emprego Formal

Conforme dados do CAGED, divulgado pelo Ministério do Trabalho, o Brasil criou um total de 124.898 vagas de trabalho com carteira assinada no acumulado do segundo trimestre de 2017, revertendo, desse modo, o saldo negativo observado nos últimos quatro semestres. O estado do Ceará, por sua vez, registrou ainda um saldo negativo de 3.275 vagas para o acumulado do segundo trimestre, mas inferior ao observado no 2º trimestre de 2016 e 1º trimestre de 2017, revelando, de certo modo, um quadro de melhora no mercado de trabalho formal local. (Gráfico 3.6).

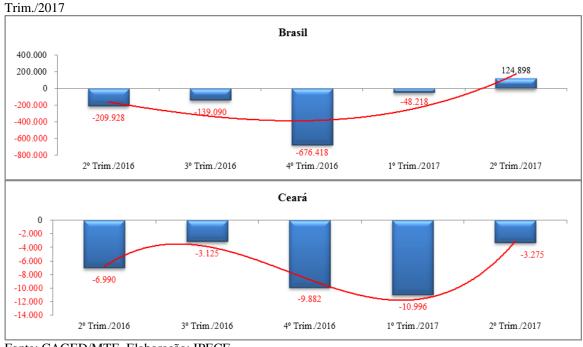


Gráfico 3.6: Evolução trimestral do saldo de empregos celetistas – Brasil e Ceará – 2º Trim./2016 ao 2º Trim./2017

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: IPECE.

Pela análise do Gráfico 3.7, que apresenta a evolução trimestral do saldo de empregos celetistas para o país e para o estado do Ceará relativo ao 2º Trimestre dos últimos cinco anos, é possível notar que o país apresentou um resultado bastante satisfatório com saldo acumulado positivo em 2017, ante os dois saldos negativos apresentados nos últimos dois anos para o referido período: 2015 (-293.007 vagas) e 2016 (-209.928 vagas). O estado do Ceará também apresentou certa melhora ao registrar saldo negativo inferior na comparação dos últimos dois anos. (Gráfico 3.7).



Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: IPECE.

Como resultado, o saldo acumulado do ano até o segundo trimestre foi positivo para o país em 76.680 vagas, ou seja, resultado bem diferente do forte fechamento de vagas ocorrido no ano de 2016 (-513.057 vagas), revelando que a economia brasileira apresenta sinais, ainda que pequenos, de reversão da crise instalada no mercado de trabalho. Por outro lado, o Ceará ainda registrou saldo acumulado negativo de emprego num total de 14.271 vagas, mas inferior ao registrado no acumulado em 2016. (Gráfico 3.8).

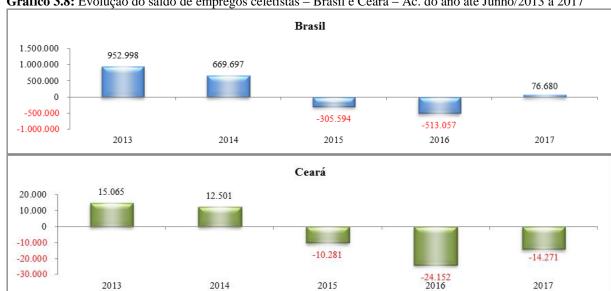


Gráfico 3.8: Evolução do saldo de empregos celetistas – Brasil e Ceará – Ac. do ano até Junho/2013 a 2017

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: IPECE.

O Gráfico 3.9 abaixo apresenta a evolução trimestral do saldo de empregos celetistas por setores cearenses no período do 2º trimestre de 2016 ao 2º trimestre de 2017. Pela análise do referido gráfico é possível conhecer a dinâmica da criação de empregos formais por setores nos últimos trimestres. Nota-se que apenas três setores registraram abertura de vagas de trabalho na economia cearense no acumulado do 2º trimestre de 2017 e que o setor que mais gerou empregos foi a Agropecuária (293 vagas), seguida por SIUP (232 vagas) e Administração pública (141 vagas). Ademais, observa-se que o quadro de emprego na Indústria de transformação deteriorou-se ainda mais, diferente do ocorrido em outros setores que passaram a registrar menor fechamento de vagas na comparação com o primeiro trimestre de 2017.

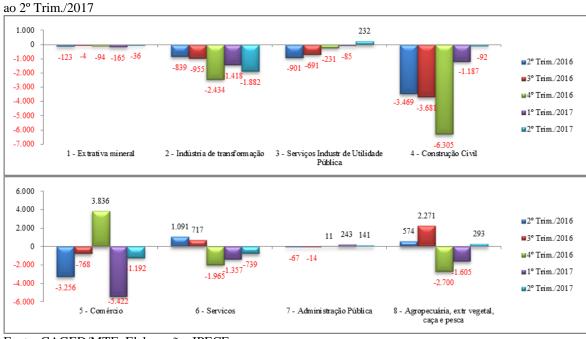


Gráfico 3.9: Evolução trimestral do saldo de empregos celetistas por setores do IBGE – Ceará – 2º Trim./2016

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: IPECE.

Já na comparação com o segundo trimestre de 2016, apenas os setores da Agropecuária, SIUP e APU reverteram o saldo negativo de emprego. O setor de Serviços chegou até a piorar saindo de um saldo positivo para um saldo negativo. A Indústria de transformação mostrou sinais de aprofundamento da crise.

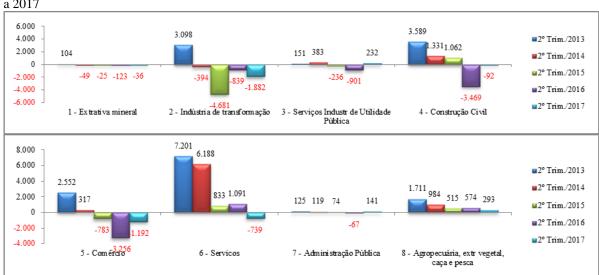


Gráfico 3.10: Evolução trimestral do saldo de empregos celetistas por setores do IBGE – Ceará – 2º Trim./2013 a 2017

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: IPECE.

Por fim, no acumulado do ano até junho, dos oito setores analisados para a economia cearense apenas dois apresentaram saldo positivos de empregos: Administração pública (384 vagas) e SIUP (147 vagas). O Comércio foi o setor que mais fechou postos de trabalho com carteira assinada (-6.614 vagas), mas inferior ao registrado em 2016. Outros setores que também fecharam vagas foram: Indústria de transformação (-3.300 vagas); Serviços (-2.096 vagas); Agropecuária (-1.312 vagas); Construção civil (-1.279 vagas) e Extrativa mineral (-201 vagas).

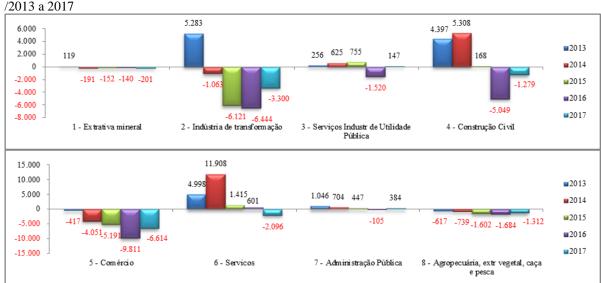


Gráfico 3.11: Evolução do saldo de empregos celetistas por setores do IBGE – Ceará – Ac. do ano até Junho /2013 a 2017

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: IPECE.

4 COMÉRCIO EXTERIOR

As exportações do Ceará no segundo trimestre de 2017 totalizaram US\$ 440,5 milhões, valor menor ao verificado no primeiro trimestre do ano que foi de US\$ 521 milhões. Mas quando comparado ao segundo trimestre de 2016 verificou-se um crescimento de 87,6%. As importações, por sua vez, totalizaram o valor de US\$ 525,5 milhões, valor abaixo do registrado no primeiro trimestre do ano, que foi de US\$ 582 milhões. Quando comparada ao mesmo período do ano anterior, as importações do segundo trimestre apresentaram uma queda de 68,6%. Parte desse resultado é explicado pelo aumento atípico das importações de máquinas e equipamentos que ocorreu no segundo trimestre de 2016 para instalação do processo de produção da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP).

Com esse desempenho, o saldo da balança comercial cearense totalizou um déficit de US\$ 84,9 milhões no segundo trimestre de 2017, valor substancialmente inferior ao registrado no mesmo período do ano passado. Com o movimento das exportações e importações, a corrente de comércio exterior do Ceará no segundo trimestre de 2017 foi de US\$ 966 milhões, com redução de 49,42% em relação ao mesmo período de 2016. (Gráfico 4.1).



Gráfico 4.1: Balança Comercial Cearense (US\$ milhão – FOB) – 2° tri. 2016-2017

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração: IPECE.

No acumulado do primeiro semestre de 2017, as exportações registraram valor recorde, atingindo o montante de US\$ 964,8 milhões, resultando em um crescimento de 104,1% comparado ao mesmo período de 2016. Quanto às importações, estas obtiveram uma queda de 49% no primeiro semestre do ano, na comparação com o mesmo período do ano anterior, atingindo o valor de US\$ 1,107 bilhão. Diante desses resultados a balança comercial cearense está menos deficitária, com US\$ -142,6 milhões, valor menor que o registrado no mesmo

período de 2016 (US\$ -1,7 bilhão). Por fim, a corrente de comércio exterior estadual, no acumulado de janeiro a junho de 2017, alcançou o valor de US\$ 2 bilhões, com queda de 21,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

No cenário nacional, o valor das exportações brasileiras no segundo trimestre de 2017 foi de US\$ 57,2 bilhões e as importações somaram US\$ 36,5 bilhões, apresentando crescimento de 15,24% e 3,0%, respectivamente, quando comparado com o mesmo período de 2016. O saldo do segundo trimestre de 2017 foi superavitário em US\$ 21,8 bilhões, superior ao registrado no mesmo período em 2016, quando foi de US\$ 15,3 bilhões.

O Estado de São Paulo continua liderando as exportações no *ranking* nacional, seguido de Minas Gerais, com participação de 23,5% e 12,5%, respectivamente. O Ceará encontra-se na 15ª colocação, com participação de 0,92%, percentual superior ao registrado no primeiro semestre de 2016 (0,54%). Pelo lado das importações, a participação de São Paulo foi de 36,1% das compras externas brasileiras no primeiro semestre de 2017, seguido de Santa Catarina com 8,10%. O Ceará está no 14º lugar no *ranking*, com 1,55% das importações nacionais, valor inferior ao observado em 2016, quando foi 3,27%.

No cenário regional, o Ceará é o quarto maior exportador, contribuindo com 12,05% do total exportado pelo Nordeste no primeiro semestre de 2017. Nas importações, o Ceará também ocupa o quarto lugar, com participação de 11,66%, ficando atrás da Bahia, Pernambuco e Maranhão.

Exportações e Destinos

A pauta de exportação cearense no segundo trimestre de 2017 continuou sendo liderada pelos *produtos metalúrgicos*, participando com 48,55% do valor total exportado pelo estado, totalizando o valor de US\$ de 213,8 milhões. Este valor é substancialmente superior ao registrado no segundo trimestre de 2016, cuja participação foi de 1,65%. As exportações de *Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado, de seção transversal retangular* participam com 95,4% do total desse grupo.

Calçados e suas partes ocuparam o segundo lugar, com valor de US\$ 67,6 milhões, participando de 15,34% do total exportado no período. No segundo trimestre de 2016, esse grupo ocupava a primeira posição e participava com 25,48% das exportações do estado. Houve um aumento de 12,89% na venda desse setor comparada ao mesmo período do ano anterior.

Em terceiro lugar, *Couros e Peles* participaram com 7,42%, tendo exportado o valor de US\$ 32,7 milhões, e registrando uma queda de 18,88%, comparado ao mesmo período de 2016.

Dos principais produtos, também registraram queda *Têxteis* (-23,67%), *Castanha de caju sem casca* (-15,07%) e *Obras de pedra, gesso, e matérias semelhantes* (-2,5%).

Depois dos produtos metalúrgicos, o produto que obteve maior variação positiva comparada ao segundo trimestre de 2016 foi *Combustíveis minerais* (719%), seguido de *Produtos da Indústria de Alimentos e Bebidas* (29,51%) e *Lagosta* (24,39%).

A principal via de escoamento dos produtos cearenses no segundo semestre de 2017 foi marítima, pelos portos do Pecém (62,01%), de Fortaleza (16,18%) e de Santos (7,01%).

Tabela 4.1: Principais produtos exportados – 2° trimestre – 2016-2017 (US\$ FOB)

	2º trim 20	016	2° trim 20	Von (0/)	
Principais produtos	Valor (US\$)	Part %	Valor (US\$)	Part %	Var (%) 2017/2016
Produtos Metalúrgicos	3.864.175	1,65	213.855.122	48,55	5.434,30
Calçados e suas partes	59.845.287	25,48	67.562.313	15,34	12,89
Couros e Peles	40.314.928	17,16	32.701.851	7,42	-18,88
Produtos Ind. de alim. e beb.	21.472.104	9,14	27.808.295	6,31	29,51
Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca	26.032.901	11,08	22.108.863	5,02	-15,07
Ceras Vegetais	13.500.635	5,75	14.941.078	3,39	10,67
Combustíveis minerais e outros derivados	1.752.256	0,75	14.351.014	3,26	719,00
Têxteis	13.945.205	5,94	10.644.616	2,42	-23,67
Lagosta	6.232.731	2,65	7.752.659	1,76	24,39
Obras de pedra, gesso, e matérias semelhantes	5.523.139	2,35	5.385.075	1,22	-2,50
Demais produtos	42.393.777	18,05	23.379.481	5,31	-44,85
Ceará	234.877.138	100,00	440.490.367	100,00	87,54

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração: IPECE.

Os Estados Unidos, México e Argentina foram os principais destinos das exportações cearenses. Observou-se uma mudança na participação dos principais destinos no segundo trimestre de 2017, com relação ao segundo trimestre de 2016.

Os Estados Unidos permanecem como principal comprador das mercadorias cearenses, com participação de 28,08% e crescimento de 80,8% no segundo trimestre de 2017, comparado ao mesmo período do ano anterior. Os principais produtos exportados para este país foram: Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado, Sucos (sumo) de outras frutas, não fermentado, sem adição de açúcar e Castanha de caju.

O México aparece em segundo lugar dos principais destinos das exportações cearenses, com 18,6% de participação; no mesmo período do ano anterior a participação foi de 2,4%. O valor exportado para esse país foi de US\$ 91,9 milhões. Os principais produtos exportados para esse destino foram: *Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado e Castanha de caju*.

O terceiro principal destino, com 7,43% de participação, foi a Argentina. O valor exportado para esse país foi de US\$ 32,7 milhões, com destaque para os produtos *Gás natural liquefeito* e Calçados e suas partes.

Verificou-se o aumento do valor exportado pelo Ceará para alguns países que antes não tinham participação expressiva, a destacar a Coreia do Sul, Turquia e Áustria, que no segundo trimestre de 2017, compraram conjuntamente 12,43% do total exportado pelo estado, enquanto no mesmo período de 2016 esse valor era de 0,3%. Para esses países destinou-se principalmente: *Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado*.

Alemanha, China, Paraguai e Holanda vêm perdendo espaço dentre os principais destinos das exportações cearenses. Juntos, esses países compraram 19,53% do total exportado pelo Ceará no segundo trimestre de 2016, tendo neste segundo trimestre de 2017 reduzido suas importações de produtos cearenses para 5,44%.

Tabela 4.2: Principais Destinos das Exportações (US\$ FOB) – 2º Trimestre de 2016-2017

Principais países	Valor (UU\$ FOB) 2° trim 2016	Part %	Valor (UU\$ FOB) 2° trim 2017	Part %	Var (%) 2017/2016
Estados Unidos	68.424.174	29,13	123.690.096	28,08	80,77
México	5.681.377	2,42	81.943.800	18,60	1.342,32
Argentina	20.488.950	8,72	32.765.276	7,44	59,92
Coreia do Sul	494.789	0,21	25.072.296	5,69	4.967,27
França	3.196.425	1,36	21.454.386	4,87	571,20
Turquia	216.275	0,09	16.642.062	3,78	7.594,86
Hungria	15.032.483	6,40	14.984.933	3,40	-0,32
Áustria	4.014	0,00	13.045.578	2,96	324.901,94
Peru	3.583.077	1,53	10.200.576	2,32	184,69
China	7.686.862	3,27	7.820.322	1,78	1,74
Demais países	110.068.712	46,86	92.871.042	21,08	-15,62
Total	234.877.138	100,00	440.490.367	100,00	87,54

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração: IPECE.

Importações e Origens

As importações cearenses no segundo trimestre de 2017 concentraram-se na compra de combustíveis minerais e outros derivados, com participação de 33,4%. Dentro desse grupo destaca-se a importação de *Hulha betuminosa* que representou 51,54% do total do grupo e *Gás natural liquefeito* que representou 36,07% do grupo.

Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes foi o segundo maior segmento de maior valor importado no segundo trimestre, com valor de US\$ 47,7 milhões, porém observou-se uma queda de 95,81% das importações desse grupo comparado ao segundo trimestre de 2016.

Os produtos da indústria química tiveram participação de 8,9% do total importado, ficando assim no 3º lugar do *ranking*, no entanto o estado importou menos desse grupo no segundo trimestre de 2017, (queda de 11,54%), em comparação ao mesmo período de 2016.

As importações de *cereais* tiveram um aumento na participação, passando de 2,1% para 8,5%, neste segundo trimestre de 2017, com crescimento de 28,4%. Esse desempenho foi causado principalmente pelo aumento no valor importado de milho.

Houve crescimento das importações de *Produtos Metalúrgicos* (205,3%), *Têxteis* (18,5%), *Plásticos, Borracha e suas obras* (47,3%), *Castanha de Caju* (80,3%) e *Couros e Peles* (348,3%).

Tabela 4.3: Principais Produtos Importados (US\$ FOB) – 2º Trimestre 2016-2017

Duin ainais muodutas	2° trim 20)16	2° trim 2	017	Var (%)	
Principais produtos	Valor (US\$)	Part %	Valor (US\$)	Part %	2017/2016	
Combustíveis minerais e outros derivados	68.840.615	4,11	175.695.088	33,44	155,22	
Reatores nucleares, máquinas e suas partes	1.139.773.084	68,04	47.735.843	9,08	-95,81	
Produtos Ind. Química	52.653.534	3,14	46.579.514	8,86	-11,54	
Cereais	34.650.620	2,07	44.484.402	8,47	28,38	
Produtos Metalúrgicos	14.250.322	0,85	43.505.471	8,28	205,29	
Têxteis	30.439.002	1,82	36.062.209	6,86	18,47	
Máquinas, materiais elétricos e suas partes	259.694.186	15,50	29.967.873	5,70	-88,46	
Plásticos, Borrachas e suas obras	16.333.091	0,98	24.061.945	4,58	47,32	
Castanha de caju com casca	5.936.019	0,35	10.705.495	2,04	80,35	
Couros e Peles	1.453.537	0,09	6.516.083	1,24	348,29	
Demais produtos	51.138.566	3,05	60.143.365	11,45	17,61	
Ceará	1.675.162.576	100,00	525.457.288	100,00	-68,63	

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração: IPECE.

A China novamente foi o país de onde o Ceará mais importou no segundo trimestre de 2017, correspondendo ao valor de US\$ 85,9 milhões, com destaque para *Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado, de largura igual ou superior a 600 mm e Outros quadros com aparelhos interruptores circuito elétrico*, correspondendo a 17,3% e 4,1%, respectivamente, do total importado desse país. A China participa com 16,35% do total da pauta cearense contra 11,16% no segundo trimestre de 2016. Não obstante, as importações oriundas desse país apresentaram queda (-54,04%) quando comparadas ao mesmo período de 2016.

As importações provenientes dos Estados Unidos foram da ordem de 59 milhões, apresentando aumento de 21,8%, em relação ao segundo trimestre de 2016. O principal produto importado desse país foi *Algodão não cardado nem penteado*, correspondendo a 26% do total importado do país, e *Hulha betuminosa* (17,8%).

As importações oriundas da Austrália (336,6%) e Rússia (2.481,47%) aumentaram bastante no segundo trimestre de 2017, na comparação com o segundo trimestre do ano passado. O principal produto importado por esses países foi carvão mineral (*Hulha betuminosa e Hulha antracita*).

Cabe destacar a diminuição das importações de países como a Coreia do Sul (99%) e Holanda (90,7%) no segundo trimestre de 2017, comparado ao mesmo período de 2016, uma vez que esses países estavam entre os dez principais importadores no mesmo período do ano passado.

Tabela 4.4: Principais Origens dos Produtos Importados (US\$ FOB) – 2º Trimestre -2016-2017

Dringingia noígas	2° trim 2016		2° trim 2017	Var (%)	
Principais países	Valor (US\$)	Part %	Valor (US\$)	Part %	2017/2016
China	186.877.541	11,16	85.888.498	16,35	-54,04
Estados Unidos	48.434.815	2,89	58.991.517	11,23	21,80
Argentina	27.429.380	1,64	49.214.537	9,37	79,42
Colômbia	36.167.256	2,16	39.693.319	7,55	9,75
Angola	0	0,00	35.935.860	6,84	-
Moçambique	0	0,00	34.731.883	6,61	-
Austrália	7.111.101	0,42	31.047.216	5,91	336,60
Índia	11.191.896	0,67	20.299.240	3,86	81,37
Alemanha	149.595.946	8,93	19.943.649	3,80	-86,67
Rússia	671.124	0,04	17.324.840	3,30	2.481,47
Demais países	1.207.683.517	72,09	132.386.729	25,19	-89,04
Total	1.675.162.576	100,00	525.457.288	100,00	-68,63

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração: IPECE.

A pauta de produto exportado pelo Ceará vem sendo liderada pelos produtos metalúrgicos, causando notoriedade para o estado, uma vez que já se encontra como um dos principais estados brasileiros na exportação de ferro e aço. Dessa forma, as mudanças ocorridas na dinâmica do comércio exterior cearense, a destacar os países de destino como a Turquia, Áustria, Coreia do Sul e México, deveram-se, principalmente, a movimentação das exportações e importações da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP). Vale ressaltar que os produtos metalúrgicos passaram a representar, aproximadamente, 50% do valor exportado pelo Ceará. Pelo lado das importações, a dinâmica também ficou por conta da CSP, que começou a importar maior quantidade de Hulha betuminosa e Máquinas e equipamento. Ressalte-se que outros setores, como calçados e alimentos, vêm apresentando bom desempenho do comércio exterior cearense em 2017, com crescimento das exportações, como fator positivo diante do período de recessão econômica interna que o país vem passando.

5 FINANÇAS PÚBLICAS

As contas públicas cearenses, no segundo trimestre de 2017, apresentaram alguns resultados positivos, quando comparadas ao segundo trimestre de 2016. Como pode ser observado na Tabela 5.1, as "Receitas Correntes" cresceram 4,5%, no segundo trimestre de 2017, frente a idêntico período de 2016, sendo esse resultado influenciado pelo comportamento das "Receitas Tributárias" e de "Outras Receitas Correntes". No acumulado do ano, constata-se, ainda, que as "Receitas Correntes" cresceram 1,9%, relativamente ao ano anterior, sendo esse resultado derivado do comportamento das "Transferências Correntes" e "Receitas Correntes".

Tabela 5.1: Receitas do Governo Estadual no Primeiro trimestre de 2016 e 2017 – (R\$1.000,00 de 2° trim. 2017)

			2° trim			Acumulado				
Descriminação	2016		2017		Var	2016		2017		Var
	R\$	%	R\$	%	(%)	R\$	%	R\$	%	(%)
Receitas correntes	5.199.652	87,6	5.432.843	91,0	4,5	10.647.173	88,7	10.854.585	92,2	1,9
Receita tributária	2.889.771	48,7	3.009.555	50,4	4,1	5.917.278	49,3	6.044.740	51,3	2,2
Transferências correntes	1.896.383	31,9	1.907.084	31,9	0,6	3.830.533	31,9	3.943.674	33,5	3,0
Outras receitas correntes	413.498	7,0	516.205	8,6	24,8	899.362	7,5	866.170	7,4	-3,7
Receitas de capital	435.359	7,3	246.302	4,1	-43,4	827.264	6,9	382.550	3,2	-53,8
Operações de crédito	288.719	4,9	174.960	2,9	-39,4	575.619	4,8	263.612	2,2	-54,2
Outras receitas de capital	146.640	2,5	71.342	1,2	-51,3	251.646	2,1	118.938	1,0	-52,7
Receitas										
intraorçamentárias	303.556	5,1	290.127	4,9	-4,4	523.122	4,4	535.840	4,6	2,4
Total geral	5.938.567	100,0	5.969.272	100,0	0,5	11.997.560	100,0	11.772.974	100,0	-1,9
Receita corrente líquida	4.558.050	76,8	4.528.297	75,9	-0,7	9.009.067	75,1	8.981.777	76,3	-0,3

Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração: IPECE.

Obs.: Corrigido pela média do IPCA do segundo trimestre.

Especificamente as "Receitas Tributárias", que cresceram 4,1% no segundo trimestre, pode-se afirmar que dois fatores contribuíram para esse resultado. O primeiro foi a majoração da alíquota de IPVA, que passou a valer em 2017, cuja arrecadação é concentrada no primeiro semestre de cada ano. O segundo fator foi a edição de um programa de regularização de dívidas (REFIS), iniciado em junho de 2017, que impactou sensivelmente a arrecadação de ICMS. É interessante observar que o REFIS também contribuiu para o crescimento das "Outras Receitas Correntes", dado que ele permite que sejam quitados débitos inscritos na dívida ativa do Estado.

Relativamente às "Transferências Correntes", constata-se ainda na Tabela 5.1 que elas cresceram 3% no acumulado de 2017. Uma explicação para esse resultado foi o aumento dos repasses do FPE (Fundo de Participação dos Estados), no período mencionado, dada a recuperação da arrecadação federal no primeiro semestre de 2017. Entretanto, deve-se

mencionar que espera-se um comportamento incerto quanto ao comportamento dos repasses do FPE em 2017.

Quanto as "Receitas de Capital", observa-se que elas caíram, tanto quando se compara o segundo trimestre de 2017 com o de 2016 como no acumulado do ano. Relativamente as "Operações de Crédito", constata-se que essa fonte teve uma redução superior a R\$ 300 milhões no acumulado do primeiro semestre, isto é, uma queda superior a 54% frente ao ano anterior.

Um último ponto a ser destacado, quanto ao comportamento das receitas, é a queda de 0,7% das "Receitas Correntes Líquidas" entre o segundo trimestre de 2017 e idêntico período do ano anterior. No acumulado do ano também se verifica, embora em menor proporção, redução da RCL em 2017. É importante observar o comportamento desse indicador, pois se considera essa receita para o cálculo dos limites de gastos com pessoal estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Entre as principais receitas do Governo cearense estão às receitas de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) e os repasses do FPE (Fundo de Participação dos Estados), cujos valores e comportamento dos repasses são apresentados no Gráfico 5.1. Como pode ser observado, as receitas de ICMS, no segundo trimestre de 2017 foram 4,0% superiores às observadas um ano antes, e significativamente maiores do que as verificadas no primeiro trimestre de 2017. Como já mencionado, parte desse desempenho deve-se ao REFIS que foi lançado em junho de 2017.

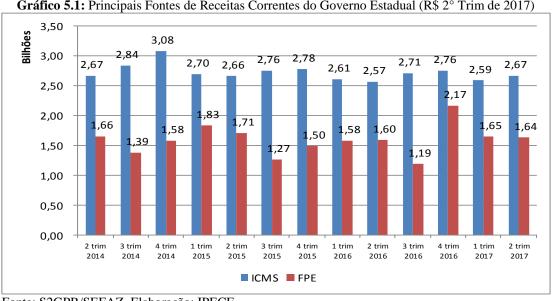


Gráfico 5.1: Principais Fontes de Receitas Correntes do Governo Estadual (R\$ 2° Trim de 2017)

Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração: IPECE.

Com relação ao FPE, o segundo trimestre de 2017 apresentou um crescimento de 2,6%, relativamente ao segundo trimestre de 2016, registra-se, portanto, um crescimento das receitas transferidas no primeiro semestre de 2017, comparativamente ao ano anterior.

Observando-se o comportamento das despesas do Governo Estadual, é possível constatar, na Tabela 5.2, que as despesas correntes ficaram estáveis, quando se compara o segundo trimestre de 2017 com o de 2016. Esse comportamento deve-se a queda nas despesas de "Pessoal e Encargos Sociais" e "Juros e Encargos da Dívida" e ao aumento das "Outras Despesas Correntes". No acumulado do ano, as "Despesas Correntes" cresceram 1%, quando comparadas com 2016, sendo o principal motivo desse aumento as "Outras Despesas Correntes", com um incremento de 5% no período.

Tabela 5.2: Despesas do Governo Estadual no Primeiro trimestre de 2016 e 2017 – (R\$1.000,00 de 2° trim. 2017)

			2° Trim			Acumulado				
Descriminação	2016	2016		2017		2016		2017		Var
	R\$	%	R\$	%	(%)	R\$	%	R\$	%	(%)
Despesas correntes Pessoal e encargos	5.125.384	84,1	5.123.956	87,3	0,0	9.565.394	86,4	9.662.694	88,6	1,0
sociais Juros e encargos da	2.675.061	43,9	2.639.805	45,0	-1,3	5.162.849	46,6	5.088.605	46,7	-1,4
dívida Outras despesas	120.130	2,0	92.823	1,6	-22,7	243.021	2,2	208.260	1,9	-14,3
correntes	2.330.193	38,2	2.391.328	40,8	2,6	4.159.525	37,6	4.365.829	40,0	5,0
Despesas de capital	971.858	15,9	743.176	12,7	-23,5	1.504.016	13,6	1.239.720	11,4	-17,6
Investimentos	685.381	11,2	468.607	8,0	-31,6	949.783	8,6	762.779	7,0	-19,7
Amortizações	230.047	3,8	220.169	3,8	-4,3	458.025	4,1	411.220	3,8	-10,2
Inversões financeiras	56.429	0,9	54.400	0,9	-3,6	96.208	0,9	65.720	0,6	-31,7
Reserva de contingência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total geral	6.097.242	100,0	5.867.132	100,0	-3,8	11.069.410	100,0	10.902.414	100,0	-1,5

Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração: IPECE.

Obs.: Corrigido pela média do IPCA do segundo trimestre.

Por sua vez, as "Despesas de Capital" tiveram um decréscimo, entre os dois períodos em análise, de 23,5%, tendo essa redução sido uma consequência da queda de 31,6% nas despesas de "investimentos". Já no acumulado do ano, constata-se, ainda, na Tabela 5.2, uma queda de 19,7% nos "Investimentos" estaduais, contribuindo para a redução das "Despesas de Capital".

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), o crescimento da economia mundial para o ano de 2017 deverá ficar em 3,5%. Essa estimativa vem sendo inflenciada pelo desempenho das economias desenvolvidas, a destacar Estados Unidos, Alemaha e Espanha, e pelos países emergentes, como a India e China.

O Brasil, por sua vez, neste segundo trimestre de 2017, registrou crescimento de 0,3% em relação ao segundo trimestre de 2016, após 12 trimestres consecutivos com resultados negativos. Dentre as atividades, destaca-se a Agropecuária, que cresceu 14,9%. Com exceção do café, que apresentou queda de 7,0% na estimativa de produção anual, as demais culturas apontaram crescimento na estimativa de produção anual e ganho de produtividade: milho (56,1%), soja (19,7%) e arroz (16,3%).

A economia cearense apresentou crescimento de 2,17% no segundo trimestre de 2017 com relação ao mesmo período de 2016, sendo a primeira alta após oito trimestres consecutivos de resultados negativos nessa análise de comparação.

No que concerne as atividades dos grandes setores, o maior volume de chuva ocorrida em 2017 elevou as estimativas da agropecuária, com crescimento das lavouras de sequeiro, a destacar milho e feijão. A produção de frutas também indica crescimento para a maioria das culturas assim como a atividade da pecuária, a exceção de bovino. Não obstante a maior pluviosidade em 2017, esta ainda ficou abaixo da média histórica. A quantidade de água nos reservatórios ainda é considerada preocupante, podendo comprometer a disponibilidade desse recurso para os polos irrigados e para a criação de animais e produção de produtos derivados.

De maneira mais especifíca, as estimativas realizadas pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE indicam que a produção de grãos do Ceará terá um crescimento no ano de 2017, comparada a produção obtida em 2016. Destaca-se o aumento da produção das culturas de milho e feijão, que apontam variação de 241% e 167%, respectivamente, relativamente a 2016. Quanto a pecuária, o Ceará vem apresentando bom desempenho na produção de ovos, que mantém um ritmo de crescimento elevado, tendo em 2017 estimativa de aumento de 17,28%, comparado com o ano de 2016.

O segundo trimestre do ano sugere o início de um novo momento para indústria cearense. Após longos períodos de encolhimento, a produção voltou a se expandir. A pergunta imediata que decorre deste fato diz respeito à sustentabilidade deste processo: o crescimento é de fato uma nova realidade ou se trata apenas de algo casuístico?

Independente desta resposta é fato que o pior da crise ficou para trás. Da mesma forma, não se pode assegurar que oscilações não ocorram e que taxas negativas voltem a ser registradas. De todo modo, períodos seguidos de contração não devem mais ocorrer.

Para a sustentabilidade do processo de recuperação da indústria cearense, algumas de suas características contribuem para que este apresente uma consistência relativamente maior. O longo período de contração reduziu bastante o nível do ponto partida da retomada e isso, por si só, já deve favorecer a continuidade de uma recuperação cíclica. A longa contração pode também ter eliminado empresas ineficientes, preservando aquelas mais competitivas e isso pode contribuir para uma expansão de maior qualidade.

Tem-se, ainda, que a retomada cearense está apoiada em um crescimento mais difuso entre as atividades industriais e, em especial, entre aquelas tradicionais e importantes para o parque local. Tal quadro reduz a fragilidade do processo em relação a um cenário alternativo no qual apenas poucas atividades apresentassem expansão.

Um último ponto merece destaque. A continuidade da inflação em patamares baixos, assim como a taxa de juros, aliado a um processo de recuperação financeira por parte dos consumidores, pode recolocar o consumo das famílias como um elemento importante nesta recuperação da economia, pelo menos no curto prazo. Se esse quadro se confirmar, a indústria local, dado o seu perfil de produção, pode ser relativamente mais beneficiada.

Por outro lado, alguns elementos ainda são pontos de preocupação. Se a longa duração da crise pode criar uma oportunidade, por outro, é também possível que a estrutura produtiva tenha sido afetada de tal forma que os danos causados mais que compensem as oportunidades criadas. Se este efeito prevalecer, a força da retomada pode ser minimizada. Da mesma forma, o grande estoque de desempregados ainda impede uma retomada mais forte do poder de compra das famílias e isso limita a retomada. Por fim, as incertezas associadas ao ambiente político nacional pode dificultar a formação positiva de expectativas e isso inibir a disposição em gastar por parte dos agentes. O desempenho dos próximos meses será importante em esclarecer quais efeitos irão prevalecer.

Nos serviços, o segundo trimestre de 2017 revela que a queda de 8,1% no setor foi disseminada entre os seus quatro principais segmentos que fazem parte da Pesquisa Mensal dos Serviços. A menor das quedas foi a de serviços prestados às famílias, com variação negativa de 9,8%, o que revela que mesmo com a queda da inflação e aumento do poder real de compra dos agentes a retomada do crescimento do segmento ainda é lenta.

A baixa movimentação da demanda familiar também ocorreu nos serviços profissionais, administrativos e complementares, no qual estar incluído o subgrupo de serviços técnicos-profissionais. Sua contração neste segundo trimestre de 2017 foi de 9,9%.

Por sua vez, serviços de informação e comunicação e o segmento transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio registraram queda de, respectivamente, 17,0% e 13,3%. Este ultimo segmento, no qual incluem transporte terrestre, aquaviário e aéreo, são subgrupos que estão conectados a outras atividades, como a indústria, o que reflete ainda um panorama geral do baixo dinamismo da economia como um todo.

Por outro lado, o acumulado do primeiro semestre mostra que o quadro geral dos principais segmentos não é tão desalentador para o Ceará, quando comparado ao quadro nacional. De fato, os serviços prestados as famílias e transportes apresentaram taxas positivas no acumulado de, respectivamente, 4,5% e 1,6%. No caso deste primeiro segmento sua maior elasticidade renda da demanda pode está indicando o maior poder aquisitivo das famílias em razão da queda dos juros iniciada no último trimestre de 2016 além do controle da inflação, com reflexo no maior poder de compra das famílias.

No que tange ao comércio varejista, o volume de vendas do varejo comum cearense registrou queda no acumulado do segundo trimestre de 2017 de 2,7%, relativamente a igual período do ano passado. Esse resultado foi melhor que o observado no primeiro trimestre do ano quando foi observado queda de 6,9%, mas ainda inferior ao resultado do varejo comum nacional que passou a registrar alta de 2,5% na mesma comparação.

Em relação ao varejo ampliado, as vendas cearenses registraram uma queda menor de 0,2%, apresentando também uma melhora na comparação com o primeiro trimestre que havia registrado queda acumulada de 3,8%. Esses números revelam que está ocorrendo uma nítida desaceleração do ritmo de queda nas vendas do varejo comum e ampliado ao longo do ano.

No acumulado de 12 meses até junho de 2016, o varejo comum cearense havia registrado queda de 6,6%, passando a registrar queda de 5,8% no acumulado de 12 meses até junho de 2017. Já o varejo ampliado registrou variações de 12,3% e 5,5% na mesma comparação. Também no acumulado até junho, destaque para as vendas de Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (+15,3%) e, especialmente, Material de construção (+14,7%). Por outro lado, Móveis e eletrodomésticos, setor ligado ao sistema de crédito, mesmo diante da queda dos juros, recuou 17,3%.

Com relação ao mercado de trabalho, a Taxa de Desemprego do Ceará saltou de 11,4% para 13,2% do 2º trimestre de 2016 ao 2º trimestre de 2017 (crescimento de 1,8 p.p.). No intervalo de um ano o contingente de desempregados no estado do Ceará elevou-se em 72.000 pessoas.

No entanto, do primeiro para o segundo trimestre de 2017 o desemprego no Ceará teve uma redução de 1,1 p.p. Destaca-se que parte dessa queda é resultante da queda da Taxa de Atividade no estado, onde parte do contingente de trabalhadores tende a se retirar da Força de Trabalho. Por outro lado, a elevação de 0,6 ponto percentual do Nível de Ocupação revela uma tendência de pessoas se ocuparem, seja pelo o aumento de algum tipo de ocupação, seja maior geração de postos de trabalho indicando algum grau de reação da economia diante do cenário de recuperação econômica.

Dados do CAGED, por sua vez, revelam um total de 124.898 vagas de trabalho com carteira assinada no acumulado do segundo trimestre de 2017 no Brasil, revertendo, desse modo, o saldo negativo observado nos últimos quatro semestres. O estado do Ceará, todavia, registrou um saldo negativo de 3.275 vagas para o acumulado do segundo trimestre, mas inferior ao observado no 2º trimestre de 2016 e 1º trimestre de 2017, revelando, de certo modo, um quadro de melhora no mercado de trabalho formal.

Em termos de balança comercial, as exportações do Ceará no segundo trimestre de 2017 totalizaram US\$ 440,5 milhões, valor menor que o verificado no primeiro trimestre do ano que foi de US\$ 521 milhões. Mas quando comparado ao segundo trimestre de 2016 verificouse um crescimento de 87,6%. As importações, por sua vez, totalizaram o valor de US\$ 525,5 milhões, valor abaixo do registrado no primeiro trimestre, que foi de US\$ 582 milhões. Quando comparada ao mesmo período do ano anterior, as importações do segundo trimestre apresentaram uma queda de 68,6%.

No acumulado do primeiro semestre de 2017, as exportações registraram valor recorde, atingindo o montante de US\$ 964,8 milhões, resultando em um crescimento de 104,1% comparado ao mesmo período de 2016. Quanto às importações, foi observada uma queda de 49% no primeiro semestre do ano, na comparação com o mesmo período do ano anterior.

A pauta exportadora do estado no segundo trimestre de 2017 continuou sendo liderada pelos produtos metalúrgicos, participando com 48,55% do valor total exportado, totalizando o valor de US\$ 213,8 milhões. Este valor é substancialmente superior ao registrado no segundo trimestre de 2016, cuja participação foi de 1,65%. As exportações de *Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado, de seção transversal retangular* participam com 95,4% do total desse grupo. Essa dinâmica é resultante da produção da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP).

O México foi o principal destino das exportações cearenses, com 18,6% de participação; no mesmo período do ano anterior a participação foi de 2,4%. O valor exportado para esse país

foi de US\$ 91,9 milhões. Os principais produtos exportados para esse destino foram: *Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado e Castanha de caju*.

As importações cearenses no segundo trimestre de 2017 concentraram-se na compra de combustíveis minerais e outros derivados, com participação de 33,4%. Dentro desse grupo destacaram-se as importações de *Hulha betuminosa* que representou 51,54% do total do grupo e *Gás natural liquefeito* que representou 36,07% do grupo. Como países de origem, destacaram-se a Austrália (336,6%) e Rússia (2.481,47%) na comparação com o segundo trimestre do ano passado. O principal produto importado por esses países foi carvão mineral (*Hulha betuminosa e Hulha antracita*).

Finalmente, destacam-se alguns resultados positivos nas contas públicas cearenses, quando comparadas ao segundo trimestre de 2016. De fato, neste período, as "Receitas Correntes" cresceram 4,5%, frente a idêntico período de 2016. De forma mais específica, sobressaem-se as "Receitas Tributárias" que cresceram 4,1% no segundo trimestre, como resultado da majoração da alíquota de IPVA, que passou a valer em 2017, cuja arrecadação é concentrada no primeiro semestre de cada ano. Adicionalmente, houve a edição de um programa de regularização de dívidas (REFIS), iniciado em junho de 2017, que impactou sensivelmente a arrecadação de ICMS (as receitas de ICMS no segundo trimestre de 2017 foram 4,0% superiores as observadas um ano antes).

Quanto as "Receitas de Capital", observa-se que elas caíram, tanto quando se compara o segundo trimestre de 2017 com o de 2016 como no acumulado do ano. Relativamente as "Operações de Crédito", constata-se que essa fonte teve uma redução superior a R\$ 300 milhões no acumulado do primeiro semestre, isto é, uma queda superior a 54% frente ao ano anterior.

Quanto às despesas do governo, observou-se que as despesas correntes ficaram estáveis, quando se compara o segundo trimestre de 2017 com o de 2016. Por sua vez as "Despesas de Capital" tiveram um decréscimo, entre os dois períodos em análise, de 23,5%.

Enfim, o panorama geral da conjuntura econômica do Estado sinaliza uma leve tendência de reversão do quadro de desaceleração das atividades, prevendo-se, assim, que esse processo continue ao longo dos trimestres vindouros.